



Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 83ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1978

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Manoel Gaona.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Manoel Gaona, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja incluído no Plano Estadual de Asfaltamento, a estrada IBEMA — SANTO ANTÔNIO, trecho que liga Três Barras a Catanduvas.

O presente apelo se faz tendo em vista as precárias condições apresentadas pela referida estrada, as quais dificultam sobremaneira o tráfego dos inúmeros veículos que transportam diuturnamente a riqueza daquela produtiva e progressista região paranaense.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo à Secretaria de Estado dos Transportes, para que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento a estrada que liga o Município de Santa Amélia ao Município de Santa Mariana.

Tal apelo se faz, em razão da importância da referida estrada naquela progressista região agrícola do nosso Estado, grande produtora de cereais, que muito tem contribuído para os

cofres públicos.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, no sentido de que seja incluída no Plano Estadual de Asfaltamento, a estrada que liga o Município de Santa Mariana ao Distrito XV, naquele município.

Tal apelo se faz em razão da importância da referida estrada que serve para o escoamento da produção daquela próspera e progressista região paranaense.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício consubstanciado em veemente apelo ao Senhor Diretor do Instituto Nacional de Previdência Social INPS, no Paraná, no sentido de determinar com urgência, a credenciação de médicos e dentistas por aquele Instituto, na cidade de Nova Esperança, com a finalidade de dar maior atendimento às consultas naquela progressista cidade do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) MANOEL GAONA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, e digníssimo Diretor Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja determinada a construção de uma escola no loteamento Jardim das Flores, em Roça Grande, no Município de Colombo-PR.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Os moradores do loteamento Jardim das Flores, em Roça Grande, fizeram um levantamento das crianças em idade escolar, e que residem no referido loteamento, e nos entregaram uma relação de aproximadamente 150 alunos que têm que se deslocar do loteamento até a escola mais próxima que fica numa distância de 2 (dois) quilômetros.

Além da grande distância entre o loteamento e a escola mais próxima, o que demanda em longa caminhada de ida e outra de volta, o que preocupa grandemente os pais, pois as crianças têm que fazer a travessia pela BR, uma rodovia de grande movimento, causando intranquilidade aos pais enquanto seus filhos não retornam.

Sabemos que um dos grandes objetivos do nosso atual Governo é dar melhores condições de estudo aos nossos estudantes, e maior comodidade, e também acreditamos não ser próprio construir um grande loteamento, sem oferecer condições de escolaridade aos filhos dos proprietários.

Desta forma, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e aprovação do presente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 126/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAÍ — APAE", com sede e foro na cidade de Paranaíba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia à comunidade de Paranaíba.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 127/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública, a "SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO", com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1978.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantropia à comunidade de Cambará.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont (Pausa).

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Manoel Gaona.

O SR. MANOEL GAONA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos, neste instante, mais uma vez, criticar e dizer das funções do INPS no interior do nosso Estado.

Sr. Presidente, é uma verdadeira vergonha o que acontece em nossa cidade, com referência ao atendimento do INPS, Instituto Nacional de Previdência Social.

Só em Nova Esperança existem, mais ou menos, de 15 a 18 mil contribuintes, e temos direito a apenas 24 consultas diárias, médicas, 8 consultas para dentistas.

Por várias vezes, ouvimos as reclamações de pessoas que aparecem às portas do INPS por volta das 2 horas da madrugada, para conseguir uma consulta dentária, sem, no entanto, conseguí-la.

Outros, vêm das cidades vizinhas, chegando ali por volta

das 8 ou 9 horas, para uma consulta médica, sem conseguir.

Sr. Presidente, neste País onde tanto se promete, às vésperas de eleições, indo o Governo de cidade em cidade, prometendo muito sem nada cumprir.

Acontece que as promessas têm que ser cumpridas, porque não é um privilégio e sim uma necessidade o atendimento médico.

Muitos doentes batem às portas do INPS e não podem esperar mais um dia.

Por este motivo, estamos apresentando um requerimento, a fim de que se aumente o número de consultas médicas, por parte do INPS em Nova Esperança, para que haja mais dentistas. Porque, foram inscritos, mas a burocracia do INPS, há mais de 8 meses, está com os papéis engavetados, arquivados, e não autoriza os dentistas a trabalharem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos têm conhecimento disso, mas não vemos outra solução e não ser pedir, criticar este famigerado INPS, este Instituto que promete e não cumpre, este INPS que proporciona apenas 24 consultas em Nova Esperança e mais de 10 cidades sem nenhuma consulta, e todo empregado é obrigado a pagar, a contribuir para o INPS, mas não recebe de volta nem o mínimo necessário, quando seu filho está doente; quando sua esposa carece de um médico.

Outras vezes, ouvimos, num consultório médico: "O INPS não me paga há mais de 5 meses". O INPS faz mais de 90 dias que não manda dinheiro. Aquele que contribui, nada tem que ver com isso. Ele precisa ser atendido, ele precisa sofrer menos, porque o seu ganho já é um famigerado salário mínimo, já não dá para comer, já não dá para vestir os seus filhos.

Nós vemos assim, a saída dos moradores de Nova Esperança e região, buscando outra cidade em outros Estados, dizendo que não dá mais para viver, que não consegue mais essa solução, porque não tem dinheiro para médico e não são atendidos.

Então, Sr. Presidente, é um apelo que nós fazemos através da Assembléia nesta tarde, que haja, que seja oficiado ao Presidente do INPS e ao Sr. Ministro da Previdência Social, que ampare o povo da lavoura, que ampare o povo do interior que está inscrito neste Instituto, para que haja melhor atendimento e que haja melhor solução para aquele que busca nas horas mais difíceis.

Às vezes, nós vemos, através daqueles que comandam a política em nosso País, elogios demasiados, elogios que também deixam, às vezes, o Presidente da Previdência Social egoísta, pensando que realmente está funcionando.

Então nós pedimos um apelo a todos os Deputados, que verifiquem e vejam realmente o atendimento desse famigerado INPS.

É só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Ciências Penais, Seção do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, Instituto dos Advogados do Paraná e Departamento de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Federal do Paraná, realiza-se, a partir de amanhã, em Curitiba o "Segundo Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Penais".

Este encontro que se sucede ao realizado no mês de junho passado, na cidade de Porto Alegre, visa selecionar teses de trabalhos que serão objeto de debates por ocasião do VI Congresso Nacional de Ciências Penais, que deverá se realizar em Brasília, na segunda quinzena do mês de novembro.

Nesse segundo Encontro, estarão presentes penalistas e processualistas de todo o País, e contará também com a participação de juristas do Estado do Paraná.

Amanhã, iniciam-se os trabalhos desse conclave, e já na parte da manhã, o Professor Renê Ariel Dotti, relatará o tema "Criminalização e Descriminalização".

Na parte da tarde, às 15 horas, o ilustre Professor Heleno Cláudio Fragoso, tratará do tema "Segurança Nacional".

Na sexta-feira, às 15 horas, os professores Fernando Newton Bittencourt Fowler e Antônio Acir Breda, discutirão sobre o "Projeto de Código de Processo Penal".

Finalmente no sábado, encerrando o encontro, o ilustre magistrado e professor de Brasília, Luiz Vicente Cernicchiaro, falará sobre a "Reforma da Legislação Penal".

Esse segundo encontro que tem também, a inestimável colaboração da Assembléia Legislativa, tem por escopo fundamental, oferecer subsídios ao Congresso Nacional, principalmente ao projeto ora em tramitação no Senado, que dispõe sobre o novo Código de Processo Penal.

Mas também, ainda no que respeita à reforma institucional do País, pretende, através do trabalho do Professor Heleno Fragoso, apresentar contribuição à reformulação da Lei de Segurança Nacional.

E, por último, objetiva também o Encontro, oferecer ao legislador nacional, subsídios para a reforma da legislação penal, em especial do Código. Com isso, os juristas de todo o País, tenho certeza, estarão contribuindo para uma reformulação generalizada em toda a sistemática processual penal e penal, além da legislação extravagante, como é a Lei de Segurança Nacional.

A oportunidade desse Encontro, parece-me ser desnecessário realçá-lo, tanto quanto todos nós temos ciência de que o Congresso Nacional já está em pleno debate do projeto de reforma constitucional encaminhado pelo Presidente da República, assim como do projeto do Código de Processo Penal.

Cabe-me, nesta ocasião, como membro da Seção do Paraná, do Instituto Brasileiro de Ciências Penais, primeiramente, convidar os ilustres Srs. Deputados para participarem desse certame jurídico-penal, e, ao mesmo tempo, de utilizar desta tribuna para, em nome da Assembléia Legislativa e, portanto, do povo do Paraná, saudar efusivamente a todos os Juristas que já começam a chegar hoje em Curitiba, para participar deste II Encontro Preparatório ao VI Congresso Nacional de Ciências Penais.

Fica, sem dúvida alguma, engalanada a cidade de Curitiba, com a presença do que há de ser mais exponencial em termos de cultura jurídica; não só aqueles que eu tive oportunidade de referir ao ler-lhes o Programa, mas juristas do porte de Miguel Reale Júnior, um dos mais eminentes penalistas de São Paulo, da processualista Ada Pellegrini Agrower, do Professor Plínio de Oliveira Corrêa, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de tantos outros, que, ao lado dos paranaenses, estarão por esses três dias debruçados sobre os grandes problemas do processo penal moderno e do Direito Penal moderno.

Todos eles com as suas preocupações voltadas no sentido de oferecer à Nação Brasileira propostas de um Direito Penal e de um Direito Processual Penal que estejam adequados à realidade brasileira, no que diz respeito à praticidade dos Diplomas legais a serem elaborados e, simultaneamente, de acordo com as modernas tendências da Ciência Penal e da Ciência Processual Penal.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para registrar a realização do 11.º Congresso Nacional de Servidores Públicos do Brasil, em Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Tal congresso, reunindo representações e representantes dos servidores públicos de todo o País, reuniu durante os dias

de 6 a 12 de deste mês, naquela cidade, o que de mais representativo existe em nossa Pátria no funcionalismo público.

Srs. Deputados, Sr. Presidente. Não poderia deixar de passar e de anotar aqui na Assembléia, dois fatos altamente enobrecedores para os funcionários públicos desta Casa. Isto porque, a Delegação Paranaense foi, nesta oportunidade, liderada pelo Bacharel Elis Thomé, funcionário desta Casa. E, durante o Congresso, um dos nossos mais representativos líderes classistas do nosso Estado, Rubens Padilha Mendes, recebeu da Confederação dos Funcionários Públicos do Brasil, a mais alta Comenda daquela Confederação, o Diploma de Ordem do Mérito Machado de Assis.

Como o funcionário Rubens Padilha Mendes pertenceu a esta Assembléia e recentemente falecido, recebeu esta homenagem pós-morte.

Cumpra destacar, Srs. Deputados, que, nesta oportunidade, o Paraná apresentou tese de alta validade para o funcionalismo público não só do nosso Estado, mas como de toda a nossa Nação.

Assim é, que, entre as teses apresentadas, as que o Paraná lá levou, todas aprovadas, destacamos: a reivindicação para que se estenda aos Estados e Municípios, a contagem recíproca por tempo de serviço, da mesma maneira como ocorre com os funcionários federais.

Outra tese apresentada e que mereceu inclusive por parte do Congresso, uma significativa como que, recriminação ao nosso Estado, é o fato de não termos a reclassificação de cargos ainda implantada no Paraná.

Uma terceira tese, tratando da revisão dos proventos dos inativos e, finalmente, uma tese pedindo isenção do imposto de renda aos inativos.

Teses essas todas aprovadas e nesta oportunidade, desta tribuna, queremos nos parabenizar com o Bacharel Eduardo Elias Thomé, funcionário desta Assembléia, que além de ter liderado a nossa delegação em Poços de Caldas, foi por unanimidade eleito 1.º Secretário da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. A este servidor, as nossas homenagens, e ao nosso extinto funcionário Rubens Padilha Mendes, as nossas saudações.

Era só. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para falar no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que é o Projeto Noroeste, através da muito bem fundamentada exposição de motivos, dos Ministros Rangel Reis, do Interior, e Reis Veloso, do Planejamento, aqui está a resposta:

"Temos a honra de submeter à elevada consideração de V. Ex.^a, a instituição do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano do Noroeste do Paraná, envolvendo no período 1975-1979, recursos no montante de Cr\$ 1,7 bilhão, dos quais Cr\$ 720 milhões à conta do Orçamento da União, a serem aplicados em 90 Municípios da Região.

2. A erosão do solo é o mais sério problema relacionado ao uso da terra que aflige a Região Noroeste do Estado do Paraná. Constituindo-se o Noroeste uma das áreas de maior expressão agropecuária no Sul do País, de grande densidade populacional e urbana, os efeitos da erosão - generalizados, tanto no meio rural quanto no urbano - representam, pela magnitude e proporção, entrave real ao seu desenvolvimento, merecendo, destarte, ação voltada para o seu combate e prevenção.

3. Com efeito, a Região Noroeste do Estado do Paraná, com superfície de cerca de 67 mil quilômetros quadrados, abriga população de 3,5 milhões de habitantes, distribuída em 153 municípios. Corresponde, portanto, a um terço da área do Estado e à metade de toda a sua população. Em termos globais,

a Região Noroeste é responsável por 30% da produção agropecuária do Estado e concentra 80% das exportações estaduais, sendo que, em termos nacionais, contribui com aproximadamente 15% das exportações brasileiras. Apresenta, ademais, densidade demográfica de 53 habitantes por km², uma das mais elevadas do País, comparável às zonas de colonização mais antiga do Nordeste e Sudeste.

4. A colonização intensiva, verificada na Região, a partir da década de 50, e o elevado crescimento da população, levaram a um rápido desenvolvimento da cidade. Essa expansão urbana, ocupando solos altamente erodíveis, anteriormente protegidos por densas florestas, determinou considerável decréscimo na infiltração hídrica, proveniente de precipitações pluviais originando concentração de água ao longo de caminhos e talvegues e ocasionando o surgimento de voçorocas que, por sua vez, põem em risco construções de vias públicas, determinando a interrupção das comunicações e de outros serviços básicos comunitários.

5. Os problemas da erosão do solo urbano mais graves verificam-se na região de ocorrência do chamado "Arenito Caiuá", ainda que muitas áreas situadas na faixa intermediária (entre o arenito e o basalto) e, mesmo sobre o basalto, também apresentam problemas semelhantes. Cerca de 25 dos 67 mil km² da região representam a formação geológica do Arenito Caiuá e suportam uma população de 1,1 milhão de habitantes.

6. Estudos realizados entre 1970 e 1973, pelo Ministério do Interior, através do Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL em articulação com o Governo do Estado do Paraná e com a assistência técnica da Organização dos Estados Americanos - OEA, possibilitaram ampla análise do fenômeno da erosão urbana que ocorre na região. Uma das suas principais conclusões indica que o problema da erosão não poderia ser abordado apenas do ponto de vista físico, já que outras variáveis, além das referentes à constituição dos solos e à precipitação pluvial, estão presentes. Conclui-se, ainda, especificamente quanto à erosão urbana, que há uma altíssima correlação entre o tamanho, o crescimento e a posição do centro urbano e a magnitude da erosão, isto é, que o fenômeno tende a ser mais violento e predatório na medida em que há uma acelerada expansão das cidades na direção de suas áreas periféricas, na ausência do estabelecimento das pré-condições essenciais ao uso racional do solo.

7. Nesse contexto, o fenômeno da erosão não deve ser simplesmente combatido pelos seus efeitos, seja em áreas urbanas ou rurais, senão através da racionalização das atividades produtivas e do processo de ocupação, vale dizer, pelo emprego de técnicas de uso do solo, corretivas ou preventivas.

8. O Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná, propõe-se a executar conjunto de ações que contemplem os aspectos de prevenção e de combate à erosão no meio urbano da Região. Quanto ao aspecto de prevenção, preconiza-se o estabelecimento das normas de uso do solo nos espaços urbanos, restringindo-se, por outro lado, a utilização das áreas mais vulneráveis ao processo de erosão. Quanto ao aspecto de combate, prevê-se a implantação de sistemas de macro e microdrenagem que permitam absorver os deflúvios ocorridos na área urbana.

9. O Programa contempla um elenco de projetos embasado em um sistema de prevenção e combate à erosão urbana, ocorrente em cerca de 90 cidades do Noroeste do

Paraná. Obedecerá a um esquema integrado de ações, adequado à dinâmica de expansão própria de cada centro urbano, apoiado nos estudos técnicos já realizados e em projetos executivos de modo a propiciar o alcance dos objetivos perseguidos. Preveem-se as seguintes etapas de execução:

I — O estabelecimento de bases adequadas para a ocupação de espaços urbanos, de tal forma que se eliminem as distorções existentes para que o crescimento urbano não determine novos processos erosivos;

II — A construção de estruturas físicas baseadas em sistemas de drenagem pluvial e obras de extremidade, recuperando-se as áreas altamente atingidas pela erosão.

O Programa deverá, subsidiariamente, considerar:

I — A melhoria nas condições de uso do solo urbano;

II — O estabelecimento de políticas de ordenamento do crescimento dos centros urbanos;

III — A melhoria dos atuais cadastros dos Municípios, que servirão de base ao estabelecimento de uma melhor estrutura tributária urbana;

IV — A definição de legislação sobre o uso do solo urbano, envolvendo o Plano Diretor, controle e prevenção do processo de erosão, definição de limites para ocupação e expansão do perímetro urbano, e disciplinamento dos loteamentos.

10. Para que se obtenha eficaz sistema de controle da erosão, com base nos critérios de prioridade definidos, e tendo em vista que o fenômeno atinge de maneira diferenciada as cidades que compõem a rede urbana da região, o programa prevê a classificação e ordenação dos núcleos urbanos em 4 grandes grupos, segundo a gravidade e urgência do combate e prevenção da erosão, importância populacional e modalidade das ações a serem desencadeadas:

I — Grupo A, compreendendo 5 cidades (Nova Olímpia, Tuneiras do Oeste, Terra Rica, Rondon e Paranacity), para as quais o DNOS possui projeto de drenagem já elaborado, com possibilidade de execução imediata (população beneficiada: 20 mil habitantes);

II — Grupo B, abrangendo 6 centros urbanos com população superior a 10 mil habitantes (Campo Mourão, Cianorte, Nova Esperança, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí e Goioerê), que contam com levantamentos e informações básicas que possibilitam a imediata elaboração dos respectivos projetos, de prevenção e, posteriormente, de drenagem (população beneficiada: 154 mil habitantes);

III — Grupo C, compreendendo 5 cidades, onde o fenômeno da erosão apresenta-se de forma aguda, devendo ser efetuados levantamentos básicos, com vistas à elaboração dos esquemas de prevenção e combate. Umuarama, um dos mais importantes Centros Urbanos do Noroeste, juntamente com Loanda, Tapejara, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí, encontram-se nessa categoria, envolvendo população na ordem de 67 mil habitantes;

IV — Grupo D, que engloba os restantes 74 núcleos urbanos (população total de cerca de 305 mil habitantes), com ações de prevenção e combate aos efeitos da erosão, graduada segundo a dimensão e perspectivas de evolução do fenômeno e a partir de critérios de prioridade envolvendo as técnicas relacionadas à população a ser beneficiada, disponibilidade de levantamento e estudos básicos, capacidade financeira das municipalidades, bem como o estabelecimento de normas de uso do solo, preservação, expansão e delimitação dos perímetros urbanos.

11. A execução do programa ficará a cargo do Ministério do Interior, principalmente da SUDESUL e do DNOS, e do Ministério da Agricultura, em articulação com o Governo do Estado do Paraná.

12. Os recursos destinados ao Programa atingem no

período 1975/1979, o montante de Cr\$ 1.694 milhões, sendo Cr\$ 574 milhões, através de financiamento pelo FIDREM. Financiamento para implantação ou melhoria de sistema de Drenagem, do Banco Nacional de Habitação - BNH, 720 milhões de recursos do Governo Federal e Cr\$ 400 milhões, do Governo do Estado do Paraná (anexo). A grande parcela de recursos não reembolsáveis justifica-se tecnicamente pelo fato de o controle da erosão exigir uma rápida e ágil ação, no sentido de implantar-se todo o sistema preventivo e as respectivas estruturas físicas. O fenômeno cresce mais que proporcionalmente à expansão dos Centros Urbanos, o que implica em aplicações de grande massa de recursos, em curto prazo, para que os efeitos do Programa sejam totalmente alcançados. Financeiramente, a capacidade de endividamento dos municípios da região não permite maior destinação de recursos não reembolsáveis, nos prazos exigidos pelo Programa.

13. — Caso V. Ex.^a haja por bem aprovar o presente programa, os Ministérios envolvidos, particularmente o Ministério do Interior, tomarão todas as providências para a sua execução, em articulação com o Governo do Estado e os Municípios da Região.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Ex.^a os protestos do nosso mais profundo respeito. — Maurício Rangel dos Reis - Ministro do Interior. — João Paulo dos Reis Velloso - Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento."

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uma leitura longa mas necessária como preliminar à conclusão do nosso pronunciamento.

Com base nessa formidável exposição de motivos, aprovada por S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República, aqui está o convênio n.º 12/76, firmado entre o Governo do Estado do Paraná e as autoridades administrativas da União.

Lamentável por todos os títulos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que uma lei dessa natureza, que visa, exclusivamente o retorno dos dinheiros arrecadados aos cofres da União, partidos do município; aos cofres do Estado, partidos do município, para que o município receba um pouco do muito que dá à União e ao Estado, objetivando a recuperação do solo e a salvação das cidades do Noroeste do Paraná, transforme-se esta lei federal em motivo de corrupção praticada pelo atual Governo. E comprometendo-se o futuro Governo do Estado, através dos famigerados comandos políticos e de candidatos a deputados estaduais que pressionam prefeitos da região Noroeste do Paraná, objetivando a conquista do voto!

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

E o digo com a coragem que Deus me deu: com a prática deste ato é corrupto o Governo do Estado do Paraná.

Do meu pronunciamento não retiro uma vírgula sequer. E comprometem os candidatos do futuro Governador Ney Braga, comprometem a dignidade do futuro Governador para ser corrupto também.

Mas, vejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que está ocorrendo na nossa região, no Noroeste do Paraná — onde sou político desde 1960 — onde fui revolucionário em 1964, defendendo os princípios da Revolução, sim, Srs. Deputados, porque eles não pertencem apenas à Revolução. Diremos que os princípios que têm por objetivo condenar a corrupção e a subversão, são princípios que fazem parte — digamos assim — da vida de todo político e de todo homem de bem.

Porisso, que defendi os princípios da Revolução, naquela oportunidade, e renego a Revolução, nesta oportunidade.

Para condená-la, porque é de se perguntar onde está a Revolução que veio exatamente para combater a corrupção e a subversão, se se corrompe, neste Estado, se se subverte a ordem jurídica?

Uma lei desta natureza que beneficia o Estado, que beneficia uma região tão populosa como é o Noroeste do Paraná, que contribui com 15 por cento das exportações nacionais,

está sendo motivo de negociata no Noroeste do Paraná!

Os Municípios de São João, Santo Antônio e Tamboara, que não assinaram o Projeto Noroeste, os candidatos ligados ao futuro Governador do Estado prometem a assinatura dos convênios desde que os Prefeitos se solidarizem às suas candidaturas e carregem votos à Aliança Renovadora Nacional.

Aonde é que está a Revolução? É de se perguntar aonde é que está a dignidade, aonde é que está o caráter dos homens públicos?

Admito a adesão aos princípios, às teses. Renego o aliciamento às custas do negócio da coisa pública. A coisa pública não pode ser objeto de negociata, não pode ser. É candidato a deputado estadual, ligado ao futuro Governador do Estado, Benedito Pinto Dias. O futuro Governador do Estado, General Ney Braga, está a aliciar os Prefeitos da região Noroeste do Paraná.

Fizemos apenas três, três naquela região, porque não conseguimos superar, naquela oportunidade, não conseguimos. O poderio econômico emanado das próprias Prefeituras, recém encontrado nas mãos da Aliança Renovadora Nacional. Por isso perdemos as eleições nos municípios e aí está a resposta, inclusive ao Presidente da República, que se diz com tanto orgulho: "Ganhamos as eleições municipais". Ganham, sim, às custas da corrupção e da subversão.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma vírgula do meu pronunciamento não retiro. Se for cassado, o meu dever está cumprido. Se for para a cadeia, dela só sairei pela porta da frente, que é a porta do Direito e da Justiça. A porta dos fundos, recuso. É a porta dos favores. Farei como fez o grande Deputado Francisco Pinto, da Bahia: "Nem perdão aceitarei. Ficarei na cadeia em sinal de protesto, se necessário for, até o dia último da sentença".

Corrupção neste Estado do Paraná. É preciso que se diga e é uma pena: a Assembléia com 54 Deputados e cadeiras vazias. E de quem é a culpa? A culpa é do próprio Governo, que faz questão que nos calemos todos através dessa lei, dessa malfadada Lei Falcão.

É por isso que os Deputados estão por aí, como pedintes de porta em porta, solicitando aos eleitores, um voto para si ou para a sua legenda. Eu também estou pedindo, mas se não voltar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu dever está cumprido, tenho certeza.

O que mais admiro no político é a coragem, muito mais do que a cultura. Muito mais do que a cultura, porque conheço muitos que são cultos e não têm a coragem de dizer o que sentem.

São, Santo Antônio e Tamboara, as únicas Prefeituras conquistadas pelo Movimento Democrático Brasileiro na minha região. Já se foram, já se foram andando o aliciamento corrupto, através do malfadado comando político e de promessas de corrupção que no futuro governo se há de instalar neste Estado.

Tamboara, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não foi atingida pela corrupção, somente através do Projeto Noroeste.

E eu fiz um requerimento a esta Assembléia, solicitando ao Secretário de Administração a informação: a que título se encontrava prestando serviços ao Município de Tamboara, o Volkswagen, ano 1973, a resposta não veio; ou veio incompleta, tanto é verdade que o Secretário diz no seu ofício — o anexo indicado não acompanhou o Ofício n.º 1493/76, datado de 13 do mês em curso. Mas, está aqui, a resposta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está aqui a resposta do Diário Oficial. Que fez o Secretário? Solicita autorização para doar à Prefeitura Municipal de Tamboara o veículo que especifica, considerado inserível ao serviço público estadual. Despacho de S. Ex.^a, o Sr. Governador — Autorizo, cumpridas as formalidades legais.

O carro lá está, lá está, em Tamboara.

Inserível, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

É a primeira fraude e a primeira corrupção. Se um veículo é inservível para o serviço público estadual, também o é para o serviço público municipal. É muito fácil, através de um despacho dizendo-se inservível um automóvel ou um veículo para doá-lo, quando essa doação faz parte de itens exigidos por S. Ex.^a, o Sr. Prefeito Municipal, para mudar de Partido; e, esse foi o primeiro item e o carro lá está, o carro do Estado, cuja doação não se operou como devia, através de processo legislativo autorizado, discutido na Assembléia Legislativa. O carro está em Tamboara, indevidamente; objeto da corrupção, da compra do Prefeito, para que o Prefeito fosse para o Partido de S. Ex.^a, o Sr. Governador do Estado.

Tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de lamentar. Sou político e, dos velhos. Doze anos de vereança; depois de duas tentativas frustradas, a conquista de uma cadeira na Assembléia Legislativa do Paraná. Estou cumprindo o meu dever, mas, lutando sempre e sempre, contra a corrupção e contra a subversão, com a coragem que Deus me deu.

Por isso, repito pratica-se corrupção no Estado do Paraná, não obstante os princípios da Revolução, é o próprio Partido que diz ser sustentáculo da Revolução, que pratica a corrupção.

Aí está o meu protesto!

Aí está a minha declaração!

Não sou dos que recuam; sou dos que afirmam, sejam quais forem as consequências. Uma vírgula sequer, eu retiro do meu pronunciamento. Está a praticar corrupção o Governo do Estado do Paraná. E, o que é pior, através desse famigerado comando político, o comando político de S. Ex.^a transfere para o Deputado uma delegação vedada pela própria Constituição; o Governador admite que o Deputado faça as nomeações e ele apenas assina, o Governador transforma-se em testa de ferro de Deputado.

Onde é que está a dignidade de um Parlamentar que assume a mais alta magistratura do Estado? São Deputados que deveriam estar aqui legislando e, estão lá fora, corrompendo e comprometendo o nome do atual Governador e futuro Governador do Estado do Paraná.

Isso tudo é profundamente lamentável.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a me permite um aparte? **O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Pois não, Sr. Deputado.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a atenção do eminente Deputado e do nobre líder Luiz Roberto Soares, para dizer ao nobre Deputado Waldenício Barbalho que é lamentável o que V. Ex.^a traz nesta tribuna, na tarde de hoje. Mas, tenho conhecimento que jamais o Governador convidou a qualquer Prefeito da Oposição a mudar de partido. E sei de atendimento, mesmo no combate à erosão a Prefeitos do M.D.B., que têm recebido atendimento. O que tem faltado, nobre Deputado, e tenho como exemplo na minha região, de um Prefeito que mudou de partido, que veio para a Arena, está dentro da minha região um Prefeito corrupto, e que eu não aceitei o apoio desse Prefeito e não aceito. Vou disputar a minha campanha dentro desse município contra o Prefeito.

Mudou de partido, e o Governo não pode recusar que ele entre no Partido. É livre que ele vá para a Arena, ou que da Arena vá para o M.D.B. Então o Governo não pode ser culpado e taxado de corrupto.

V. Ex.^a fez referência aos carros inservíveis. São carros que estão em serviço no Estado e quando não servem para locomoção ou viagens longas é doado ao município, e servem dentro do município para transportar às vezes, em serviços de atendimento e até mesmo entidades assistenciais dentro do próprio município que não necessitam de um carro preparado para viagens longas como são usados os carros do Estado.

Eu não vejo nada demais. Esses carros são doados ao município para atendimento e não para aliciar Prefeitos a mudarem de partido.

Agora o que falta aí é um pouco de hombridade do Pre-

feito de muda. Cada um deve ter a sua posição e o Governo não pode ser debitado por esta posição dos Srs. Prefeitos. Eu agradeço a atenção de V. Ex.^a.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu, respondendo o aparte de V. Ex.^a, quero dizer o seguinte: meus parabéns pelo fato de não aceitar solidariedade de um tributo corrupto. Mas quero dizer a V. Ex.^a que quando candidatos a Deputados o fazem, e conseguem a assinatura de convênios às vésperas de eleições para municípios que não conseguiram esses convênios ao longo de três ou quatro anos, a presunção é de pressão. E quando o fazem, o faz o Governo através de seus prepostos, porque em verdade aqueles que exercem comando político são verdadeiros prepostos do Governo. Então isso chama-se prática de corrupção.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a me permite um aparte? **(Assentimento).**

Eminente Deputado Waldenício Barbalho, em algum momento do seu pronunciamento, V. Ex.^a nos dá um susto, admitindo que possa até a não voltar a esta Casa, o que seria muito lamentável, porque eu aprendi a admirar V. Ex.^a ao longo desses quatro anos. E se eu voltar gostaria de continuar o aplaudindo nos futuros quatro anos.

Todavia, nobre Deputado, sem querer deslocar o eixo da discussão, eu tenho comigo que um problema de ordem ética é puramente pessoal e subjetivo. Quem tem, tem; quem não tem, não tem. Concordo inteiramente com V. Ex.^a. Se algum Deputado ou candidato a Deputado, pelo nosso Partido esteja propondo troca, vantagens, tentando sedução a Prefeitos do M.D.B., evidentemente que este comportamento não é um comportamento correto, muito menos ético.

Por outro lado, Prefeito do M.D.B. que aceita proposta desta natureza também tem a sua ética comprometida. Eu apenas não concordo que V. Ex.^a ponha o Governo como patrocinador dessas barganhas. Eu sei, porque em razão da posição que ocupo, tenho contato mais ou menos freqüente com o Sr. Governador do Estado e em nenhum momento ele comandou qualquer operação visando transferência de Prefeitos do M.D.B. para a Arena. Pelo contrário, sei de vários Prefeitos do M.D.B. que tentaram audiências, conversas, diálogo propondo uma mudança em troca de benefício administrativo e que o Governador recusou.

Eu deixei de citar porque seria constrangedor nominar alguns prefeitos que sei que se propuseram a esta alteração de partido visando algum benefício. E posso dizer a V. Ex.^a, que pelo menos onde atuo politicamente. O Governo tem dado igualmente aos municípios administrados por Prefeitos do MDB, e nenhum deles está comprometido comigo ou com qualquer outro candidato da ARENA pelo que sei, continuam fiéis aos candidatos do MDB. Eu concordo com V. Ex.^a, apenas acho que V. Ex.^a fez uma generalização perigosa e pretende responsabilizar o Governo, por um fato que é da responsabilidade única e exclusiva, dos atores políticos, no caso, o candidato a Deputado pela ARENA, e o Prefeito do MDB.

Posso assegurar a V. Ex.^a de que o Governo não patrocina, nem incentiva tais mudanças, me parece inclusive no caso, que a pior posição do ponto de vista ético, é a do Prefeito do MDB que por uma troca, ou promessa de troca, de apoio administrativo, toma esta posição.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — **(Faz soar os tímpanos).**

A Presidência, regimentalmente, sente-se no dever de lembrar ao eminente Deputado Waldenício Barbalho, de que o tempo que dispunha da tribuna se esgotou.

Todavia, consultada a Liderança do MDB, hoje exercida pelo eminente Deputado Renato Bernardi, se assim o desejar, a Presidência poderia facultar ao eminente Deputado, desde que autorizado pelo MDB, a lhe conceder os 15 minutos regimentais

que correrão à conta da Liderança do MDB.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente. O período destinado ao MDB está à disposição do Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) E a Presidência, prazerosamente, devolve a palavra ao eminente Deputado Waldenício Barbalho.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Assim sendo, nobre Deputado Líder do Governo, pode continuar apartando.

O Sr. Luiz Roberto Soares — O que eu ia concluir, nobre Deputado, é que a rigor, se nós levássemos esta discussão um pouco mais a fundo, nós chegaríamos numa realidade irredutível, que é a fragilidade do partido político no Brasil. Há uma série de Prefeitos do MDB que foram prefeitos por contingência puramente local, como acredito que haja também na ARENA, Prefeitos ou políticos que também são da ARENA, por pura contingência ou conjuntura local, ou que dá a medida da fragilidade e da inconsistência das agremiações políticas do Brasil. Claro que eu estou solidário com V. Ex.^a, em todo e qualquer pronunciamento que se obstine em defender a honra de um político, a lisura de pleito eleitoral.

No caso apenas, nobre Deputado, eu quero afirmar a V. Ex.^a, com inteira convicção de que o Governo ou o Governador mais especificamente, não patrocina tais entendimentos, agora, se o candidato, dentro de um jogo eleitoral, de ética duvidosa, propõe barganhas, apoios, promessas para serem cumpridos a posteriori, é um problema cuja ética fica, ou cujo questionamento ético, fica à conta dos "atores".

É esta a colocação que, preliminarmente, eu faço a V. Ex.^a
O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Não tenha dúvida que o conceito de V. Ex.^a é elevado. Inteligente como é, teria que dar esta resposta ao meu pronunciamento.

Mas, eu quero dizer a V. Ex.^a, e afirmo que admito a adesão. A adesão ao princípio, a adesão à tese. E quero informar a V. Ex.^a que problema de dignidade não tem partido.

E que além do mais, quando se corrompe a um corruptor, é incorruptível. Há a corrupção ativa e a passiva.

Quando um Deputado que se diz amigo do Governador ou preposto dele, através do famigerado comando político, que se constitui na maior fonte de corrupção do Estado do Paraná, faz promessas e as promessas são consolidadas, consumado está o crime. Consumada está a corrupção. E se um Deputado faz, em nome do Governo —, porque o Governo também nomeia professoras em nome, a pedido de Deputado, nomeia Delegados, a pedido de Deputado, ...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado ...

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — ... nomeia funcionários para cargo de função, a pedido de Deputado, o Governador transforma-se em "testa de ferro" do Deputado e, conseqüentemente, sabedor de toda a sua ação, porque o Deputado age em seu nome.

Então, está aí a corrupção ativa do Poder Público e a corrupção passiva daquele que se submete à corrupção.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — É um problema de caráter e de dignidade. Para mim, não tem dignidade quem se submete à corrupção, nem dignidade tem o que corrompe. Mas eu dou o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex.^a está partindo de uma premissa duvidosa. Na realidade, o chamado comando político é uma instituição em extinção. Não vou, evidentemente, ser cabotino e nem cínico o negando. Ele realmente era uma prática instituída no Paraná há alguns anos, que está nos seus estertores. Tanto assim que já, há aproximadamente dois anos, que os Deputados do nosso Partido não indicam mais Delegados, pelo menos com certeza, nas sedes de comarca, e sei que, na maioria dos municípios, esta posição é preenchida através de critérios próprios da Secretaria de Segurança.

Acredito que poucos Deputados hoje tenham a sua atividade política essencialmente em comando político. Muito menos em professoras. V. Ex.^a é testemunha de que há alguns meses, ou dias atrás, foi realizado um concurso, cujo critério foi absolutamente administrativo, de competência, não teve nenhum Deputado interferindo ou indicando quem quer que seja para exercer o Magistério.

E assim, eu daria a V. Ex.^a muitos exemplos, mas eu gostaria que ficasse absolutamente claro de que, realmente, a premissa é duvidosa. Eu concordo com V. Ex.^a que o famigerado instituto do comando político dava margem a alguns excessos. Mas confesso, proclamo com toda a honestidade, que é uma instituição em frangalhos, está nos seus estertores e, se Deus quiser, isto não vai ocorrer mais.

Mas, de qualquer maneira, quero testemunhar a lisura com que o Governador do Estado —, pelo menos com que o Governador do Estado, na sua pessoa, tem se comportado diante dos Prefeitos do MDB. E apenas para concluir este aparte, nobre Deputado, eu concordo inteiramente com V. Ex.^a, tanto se corrompe a figura passiva como ativa da operação, não há o que questionar, eu concordo com V. Ex.^a, razão pela qual eu disse a V. Ex.^a que era um problema subjetivo, ético e pessoal de cada um. Quem tem ética, tem, quem não tem, não tem. Não será porque esteja na ARENA ou no MDB que passa a ter imunidades desta natureza.

Era só.

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu agradeço o aparte de V. Ex.^a e quero parabenizá-lo pelo título, é uma instituição extra-oficial. Então V. Ex.^a fez uma declaração muito importante na Assembléia Legislativa, da existência do comando político.

Pela ordem, tem o aparte o Deputado Del Ciel.

O Sr. Del Ciel — Quero cumprimentar ao eminente Deputado, pelo pronunciamento, verdadeira aula de conhecimento da atualidade política paranaense; e para dizer, eminente Deputado Waldenício Barbalho, que sempre honrou esta Casa com a sua presença neste Parlamento e nesta tribuna que, infelizmente, os Deputados que assim utilizam o comando político no Estado do Paraná, têm como grande mestre central o atual Governador do Paraná, Jayme Canet Júnior. Nos Estados Unidos, se depôs um Presidente da República em função do "WATERGATE". No Estado do Paraná, estamos presenciando acontecimentos idênticos, acontecimentos que caracteriza o "ALTER-CANET", diariamente, em todo o território paranaense.

Há poucos dias, estive S. Ex.^a o Governador do Estado, no Município de Telêmaco Borba. E teve a coragem e a petulância, de em reunião pública, naquela comunidade, riscar o Município de Telêmaco Borba do mapa do Estado do Paraná. Visto que conclamava aquela comunidade, para que voltasse a ser um município paranaense. Alegando que, Telêmaco Borba, tem que ser devolvido ao Paraná.

Por que teria S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, utilizando aquela acertiva em reunião pública, naquele município? Porque está a dirigir o Poder Executivo Municipal, daquela comunidade, o nosso companheiro, e honrado companheiro, Carlos Hugo von Graffen, que se mostrou incorruptível e que denunciou ao Estado do Paraná, a corrupção presente no Poder Executivo estadual. Não tendo até hoje o seu programa Pró-Safrá de 1977, liberado, porque se utilizava na Secretaria dos Transportes, o processo de se exigir dos Prefeitos municipais que contribuíssem com a importância de 59 a 60 mil cruzeiros para a publicação em revista, rememorando o que aqui também foi denunciado por muitos companheiros, para que o Governo do Estado liberasse o Pró-Safrá.

Lá está um companheiro incorruptível, ideologicamente identificado com os propósitos do Movimento Democrático Brasileiro e que está portanto, sendo sacrificado pelo Governo

do Estado do Paraná, que até mesmo afirma, que aquele município não mais pertence ao nosso Estado; tão somente através do pleito de 15 de novembro poderá voltar a fazer parte dos municípios paranaenses. Devendo, portanto, ser devolvido ao Estado do Paraná, pelo voto do povo.

Em Ibiporã, há poucos dias mais, estive a comitiva de S. Ex.^a o Sr. Jayme Canet, para inauguração de um sub-posto da Café do Paraná, se não me falha a memória. E esse acontecimento custeado com os recursos de todos nós paranaenses, simpatizantes do MDB ou de ARENA, de todos nós, contribuintes do Estado do Paraná, foi transformado numa reunião de agressão ao Presidente emedebista também, honrado e leal, às linhas e às doutrinas do nosso Partido político — aquela reunião promovida com os recursos do Estado, foi transformada em uma reunião para agressão aos nossos companheiros do MDB presentes, o Sr. Prefeito Municipal, cumprindo com a sua obrigação de Primeiro Mandatário do Município e transformada numa reunião política, onde pediram abertamente que se prestigiasse o candidato ao Senado pela Arena. E todas as reuniões custeadas com os recursos estaduais, onde se faz presente S. Ex.^a o Governador Jayme Canet, a sua grande caravana de puxas e candidatos à Câmara Federal e à Câmara Estadual, têm sido transformada em encontros políticos. Utilizando indevidamente os recursos econômicos do Estado do Paraná.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a que mandasse expungir "Caravanas de Puxas", das notas taquigráficas. Não fica bem, Sr. Presidente, para uma Casa desta, de um Poder, tão honrado como o Poder Legislativo, e uma bancada tão honrada como é a Bancada do MDB, nos chamar de puxas. Nós somos puxas, mas puxas do povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência assegura a palavra ao Deputado que está na tribuna, que já havia concedido o aparte ao Deputado Del Ciel.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Peço ao Deputado Del Ciel, que seja breve.

O Sr. Del Ciel — Tão somente para pedir que se registre "Caravana dos puxa-sacos". Já virou samba. Já virou samba em nosso País.

Não há desrespeito à ética parlamentar a utilização do termo do eminente companheiro, porque é samba e faz parte do folclore brasileiro.

Eminente Deputado, o que se tem visto no Estado do Paraná é uma verdadeira aberração.

E já estamos vendo que o atual Governo vem perdendo seu poder, e essa mesma caravana já está mudando de "deus" e de dono.

Estamos vendo que o Palácio Iguaçu, dentro de poucos dias, poderá estar entregue às moscas, porque todos já se preocuparam em badalar o futuro Governador do Estado, abandonando já o atual Governador Jayme Canet. Mas, o de agora e o do futuro, estão todos eles unidos e descumprindo e desrespeitando a legislação eleitoral em nosso Estado.

E como diz V. Ex.^a, procurando corromper consciências.

E as consciências incorruptíveis estão sendo condenadas à perseguição pelo Poder Público Estadual.

Esta Rodovia bendita do Café, tem que deixar de ser a "rodovia do vai e não volta".

O Interior do Estado está cansado de ser massacrado, humilhado e sacrificado, contribuindo com todas suas riquezas para que o Poder Central, aqui em Curitiba e na União, se preocupe tão somente em prestigiar companheiros que poderão, ter algum rendimento eleitoreiro ou eleitoral.

Cumprimento V. Ex.^a pelo brilhante pronunciamento e me escuso até mesmo, por aí, sim, ter faltado com a ética e ter me alongado no aparte que ora registro nesse grande pronuncia-

mento de V. Ex.^a.

Muito obrigado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Eu que agradeço o aparte de V. Ex.^a que vem enriquecer o meu modesto pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa o eminente Deputado Waldenício Barbalho que lhe restam 60 segundos para concluir.

V. Ex.^a terá tempo para as conclusões, nobre Deputado.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Fui aparteado pelo nobre Deputado Deni Schwartz, se 60 segundos lhe servem, o aparte é de V. Ex.^a.

O Sr. Deni Schwartz — Obrigado.

Apenas para registrar, nesta Casa, alguma evolução, o comando político extra-oficial — e eu quero concordar com o Líder do Governo — se encontra nos estertores. O Governador se recusando a receber propostas de adesão. Em outubro de 1976, e a revista "Veja" publicava, o Sr. Governador se recusava, inclusive, a conhecer os Prefeitos do MDB.

As coisas estão evoluindo: o Prefeito Municipal de Curitiba, admitindo no jornal "Voz do Paraná" que não poderia nunca ser Prefeito sem o apoio do Governo. O Sr. Saul Raiz afirma, aos quatro ventos, que só é possível ser Prefeito se do lado do Governo. E até cita o caso da Cidade Industrial de Curitiba.

As coisas estão evoluindo.

Mas, Sr. Deputado, quero, novamente, concordar com o Líder do Governo. Isto que estamos a discutir são os efeitos. As causas são outras. As causas, uma, a fragilidade dos partidos. Mas, mais do que a fragilidade dos partidos, Sr. Deputado, é a ditadura que está nesta terra. Porque, não temos governadores, temos prepostos, temos gerentes. Uns bons, outros maus, mas meros gerentes.

Não temos Presidentes, temos ditadores.

As causas são estas: a Federação não existe. Enquanto não existir a Federação não existem Estados. E não existindo Estados não existem Municípios.

Coitado do Prefeito de Tamborara! É um coitado! Se vendeu muito barato. Um "fuque", afinal, vale muito menos que dois meses de aposentadoria dos Secretários de Comissão desta Casa, Sr. Deputado! Dois meses dos privilegiados deste Poder pagam o fuque pelo qual se vendem, o desastrado, o coitado, o corrupto, mas tão pequeno corrupto, Prefeito de Tamborara.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados, afinal tudo já foi dito, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta ao Sr. Luiz Roberto Soares, líder da Arena, sobre se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

— Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda ressoando no plenário, o pronunciamento que fez o Deputado Waldenício Barbalho, depois aparteado pelo Deputado Del Ciel, cumpre-me esclarecer, que em nenhum momento, a Secretaria de Transportes do Governo do Estado do Paraná, deferia convênios Pró-Safra, apenas aos Prefeitos que se obrigassem a fazer publicidade em determinada revista. O que realmente ocorreu e todos os Prefeitos sabem disso, é que dois pilantras que nenhuma vinculação tinham, como não têm e jamais terão com o Governo do Estado, se valeram da boa fé de um funcionário então responsável pelo programa e saíram pelo Estado a chantagear alguns Prefeitos, alegando que quem não fizesse tal publicidade, não receberia o Pró-Safra.

Conheço alguns Prefeitos que, ingenuamente, acreditaram nesta versão tão maldosa e tão maliciosa, mas em nenhum momento foi patrocinada pelo Poder Público e tanto não foi,

que o funcionário então responsável, foi exonerado — na minha opinião, até com relativa injustiça —. Apenas para que ficasse clara a posição do Governo no episódio.

Eu queria fazer este registro para que não fique constando dos anais desta Casa, uma acusação tão grave, na realidade, tão leviana.

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a me concede um aparte? **(Assentimento)**

É uma pena, eminente Líder do Partido Situacionista, que V. Ex.^a hoje, esteja permitindo a sua memória, uma falha que injustiça o aparte que concedemos ao eminente Deputado Waldenício Barbalho. V. Ex.^a conhece o episódio por demais narrado, por inteiro e a leviandade não parte desse Deputado evidentemente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nem eu estou dizendo isso.

O Sr. Del Ciel — Visto que nós narramos aqui, o que realmente aconteceu no Estado do Paraná.

A verdade, realmente, é que a corda arrebenta para o lado mais fraco sempre. Então, somente o funcionário da Secretaria dos Transportes, o funcionário bastante vinculado, que estava vinculado diretamente à liberação dos Pró-Safras do Estado do Paraná, é que acabou sendo punido. E nós tivemos a oportunidade de encaminhar, inclusive, pedidos de informação à Secretaria dos Transportes, na época em que o eminente Secretário aqui compareceu, o Paraná todo acompanhou a denúncia que foi confirmada posteriormente, até mesmo por S. Ex.^a o Sr. Governador do Estado, mas até hoje, aquele município do Estado do Paraná — Telêmaco Borba — continua sendo punido face à coragem do seu Prefeito de denunciar a corrupção que se impunha, através daquele órgão vinculado à apreciação dos projetos para liberação dos Pró-Safras do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu desconheço, nobre Deputado, as razões pelas quais não foram concedidas as competentes autorizações para que se firmasse o convênio com o Município de Telêmaco Borba.

Apenas estou dizendo, com plena e total convicção, e absolutamente senhor do assunto, de que o funcionário em questão foi vítima da sua boa fé e em nenhum momento, ocorrendo nem o mais leve ou fugaz vestígio de corrupção. O que na realidade ocorreu, repito, foi que dois cidadãos, nada exemplares, se valeram da boa fé do funcionário e até estou dizendo a V. Ex.^a que, na minha opinião, injustamente, foi exonerado do cargo, para que não ficasse nenhuma dúvida de que o Governo do Estado não patrocinava tal situação. E digo mais, a V. Ex.^a — a Secretaria de Transportes, inclusive, gestionou junto aos órgãos competentes para cancelar todas as procurações que as Prefeituras haviam outorgado a ambos os cidadãos representantes de uma determinada revista.

De qualquer maneira, eu só queria deixar claro, não estou dizendo que V. Ex.^a tenha-o acusado; houve acusações generalizadas e me incumbe, por um dever de honra pessoal, deixar claro para que o cidadão não tenha sua vida maculada por episódio que, na realidade, ...

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a me cede um aparte?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu cederia, apenas, ao Deputado Gabriel Manoel que me solicita...

O Sr. Del Ciel — Muito breve. A fé do funcionário, boa ou má, nós temos condições por não conhecê-lo pessoalmente, de julgar, se V. Ex.^a o conhece, é V. Ex.^a que o diz, o Governo de V. Ex.^a o puniu. A corrupção estava presente, os Municípios do Estado do Paraná dirigidos por Prefeitos com as qualificações que dissemos há pouco, continuam sofrendo, até agora, discriminação do Governador do Estado e de seus eminentes Secretários.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não é verdade, nobre Deputado.

O Sr. Del Ciel — É verdade.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não é verdade. Eu não co-

nheço...

(DISCURSO PARALELO, tornando as palavras ininteligíveis).

O Sr. Del Ciel — ... V. Ex.^a não poderá trazer para esta tribuna as razões que motivaram V. Ex.^a, o Sr. Governador do Estado, a não liberar o Pró-Saфра de Telêmaco Borba, de Cambé...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Já disse a V. Ex.^a que desconheço as razões pelas quais...

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência assegura a palavra ao Deputado Líder...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — ... já disse e repito a V. Ex.^a que desconheço as razões pelas quais não foi deferido o convênio ao Município de Telêmaco Borba. Mas, em compensação, conheço dezenas de Municípios do MDB, que estão sendo regamente contemplados pelo Governo, de igual maneira aos Prefeitos da ARENA.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Del Ciel — Eu agradeço o aparte que V. Ex.^a me concedeu e somente diria que, infelizmente...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Presidente, concedo o restante do tempo que cabe à Liderança do Governo, ao Deputado Gabriel Manoel — **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Deputado Gabriel Manoel que terá, para falar, exatamente 9 minutos, dos 15 reservados à Aliança Renovadora Nacional.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como nós, com muita honra e satisfação fazemos parte dessa "caravana de puxas", dessa gente que puxa benefícios para seu Estado. Dessa gente, Sr. Presidente, que tem na liderança do Governador que há de sair nos braços do povo e há de voltar em 82 em eleições diretas, para o Palácio Iguaçu.

Estivemos, Sr. Presidente, estivemos, Srs. Deputados, estivemos, imprensa e povo do meu Paraná, assistindo à recepção magnífica que fez um Prefeito do Movimento Democrático Brasileiro, sem passar para o nosso Partido. O Prefeito de Curiúva, onde lá, Sr. Presidente, mais de três ou três mil e quinhentas pessoas, de ambas as agremiações recebiam o Governador do Estado com a sua célebre "caravana de puxas", para agradecer os benefícios prestados, principalmente, às pequenas comunas. O que não podemos, Sr. Presidente, o que não pode, é Deputados virem aqui e discordar, muitas vezes dos seus Prefeitos porque eles vêm pleitear digna e honradamente, benefícios para a sua comuna. O Prefeito de Curiúva, o Prefeito digno de Santa Mariana e o não menos digno Prefeito de Nova Fátima, estão a trabalhar, estão a carrear benefícios e pertencem, até agora, para o glorioso Partido do MDB. E não podemos levar essa pecha de "puxa", a não ser que puxar benefícios, a não ser, Sr. Presidente, a não ser, Sr. Secretário, a não ser, Srs. Deputados e povo do meu Paraná, que trazer asfalto para toda região do Paraná, para que o Paraná, hoje seja um espelho do resto da Federação, para que se diga, sem ser puxa lá de cima, que Canet é o melhor Governador que o Brasil tem. Para que se diga que as Reformas foram feitas e efetuadas em todos os próprios do Estado, em comunas arenistas, em comunas emedebistas. Agora, o que sentimos e damos razão ao Deputado Del Ciel, é que ele está vendo ruir o problema político do nosso Estado. Está vendo a falta de consistência, onde muitas vezes, em tiradas demagógicas, o povo não quer saber.

O nosso povo quer os puxas, mas os puxas que levem benefícios para as suas comunas. O nosso povo quer os puxas e vão demonstrar em 15 de novembro que Canet há de ser consagrado com a vitória de Túlio Vargas. Há de ser consagrado, Sr. Presidente, e não vamos admitir que nos chamem de puxas, a não ser puxas de nosso povo; do povo de mãos calosas,

Sr. Presidente, do povo paranaense que nos momentos cruciais conta sempre com o seu Governo, conta com a bancada da Arena e também pretende contar com a bancada do M.D.B., mas sem demagogia, sem se atirar pedras porque não se atira pedras em árvore que não tem fruto.

E estas pedras que o Deputado Del Ciel está atirando no nosso Governador, no nosso Secretário de Transportes que está atento para terminar as obras que os puxas estão pedindo. Se pedir obra, se pedir uma BR-153, se pedir uma Rodovia Parigot de Souza, se pedir a estrada asfaltada de São Jerônimo a Piraí do Sul...

(Insistentes pedidos de aparte do Deputado Del Ciel)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Timpanos)

A Presidência lembra, respeitosamente ao eminente Deputado Del Ciel, que S. Ex.^a o Sr. Deputado Gabriel Manoel deve ter registrado o pedido de aparte. E a Presidência solicita encarecidamente que permita que o eminente Deputado continue falando da tribuna, e no instante em que S. Ex.^a, e se desejar, concederá o aparte.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Para não acatar a observação de V. Ex.^a, e para solicitar de V. Ex.^a que dando cumprimento ao Regimento Interno, anunciasse a infração que teria cometido este Deputado que não obteve resposta do eminente parlamentar que ocupa a tribuna. Nós nada mais, nada menos estamos fazendo do que solicitar respeitosamente um aparte ao eminente Deputado. Eu queria que o eminente Deputado anunciasse brevemente, cederemos para já, perfeitamente. O Deputado, certamente por estar se preocupando com o pronunciamento, ainda não atendeu, ainda não deu atenção, talvez não tenha ouvido a nossa solicitação de aparte, e é por isso que gentilmente estamos solicitando um aparte, eminente Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Del Ciel, dentre as atribuições da Presidência, uma delas é evitar a quebra de ordem, neste plenário. V. Ex.^a solicitou reiteradamente apartes ao orador que se encontra na tribuna. S. Ex.^a registrou e haverá de concedê-lo se desejar. O que a Presidência quer é assegurar a palavra ao Deputado que está na tribuna. Devolve a palavra ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente...

O Sr. Del Ciel — V. Ex.^a me concede um aparte, eminente Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momento. Apenas para completar o meu raciocínio.

Cada um dá o que tem. Nós damos serviço, nós damos trabalho, nós procuramos junto com esta equipe de Governo, dentro da nossa humildade, dentro da humildade peculiar do homem do interior que não quer outra coisa a não ser o benefício de sua terra e de sua gente, procuramos amparar o nosso povo porque sabemos perfeitamente que o Governo de Canet Júnior não tem outro objetivo.

Nós damos toda a razão ao eminente Deputado Del Ciel, sem entrar no mérito da questão. Cada um dá o que tem. Canet dá serviço; Canet dá trabalho; Canet é alvo de crítica, porque ele está pisando nos calos dos homens. Porque que que não se vinha aqui falar em épocas atrás quando eles pensavam e tinham certeza que iam ganhar as eleições para o Senado?

Mas agora, Sr. Presidente, o quadro do Paraná mudou. Hoje, o Canet chamado mascate, está mascateando no asfalto que ele fez, no asfalto criticado mas que está lá, para que os dignos membros do M.D.B. façam a sua campanha sem tomar poeira.

E é por isso que nós não vamos conceder, por enquanto o aparte, enquanto não terminarmos o nosso raciocínio. E é por isso, Sr. Presidente, e é por isso imprensa do meu Paraná,

vamos dizer um basta à demagogia; vamos procurar, vamos procurar todos sem distinção de partido, classe ou credo unir em torno do Paraná. Porque com críticas infundadas, com demagogia sem fundamento, com crítica sem consistência o Paraná, o Brasil há de voltar aos idos de 64, Sr. Presidente...

(Timpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Eminente Deputado Gabriel Manoel, V. Ex.^a tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Encerro já, Sr. Presidente.

... aos idos de 64, onde era uma verdadeira baderna. Hoje, graças a Deus, graças ao governo dos puxas, estamos indo para as águas tranqüilas, para a tranqüilidade, para que se possa vir desta ou de outra tribuna, fazer críticas muitas vezes, injustas.

Eu digo ao Deputado Del Ciel, que me perdoe por não poder conceder o aparte. Mas que, dentro de uma luminosa consciência como professor, como homem letrado, como homem que tem diversos diplomas, ele sabe muito bem que Canet está com a razão, e o povo está com Canet.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Antes de encerrar a

Hora do Expediente, e por haver presidido esta sessão, sinto-me no dever de registrar para a História deste Plenário, que os Ex.^{mos} Srs. Prefeitos Municipais, do MDB, de Vitorino, do Verê e de Realeza, continuam filiados ao MDB, municípios da região de nossa atuação, juntamente com o Sr. Deputado Deni Schwartz, sem que jamais lhe tenha faltado da parte deste Deputado, e quero acreditar, da parte do eminente Deputado Deni Schwartz, a lhanza no trato, e o acompanhamento das reivindicações que porventura, S. Ex.^{as} tenham encaminhado aos órgãos e repartições públicas.

Em razão do que, sinto-me feliz, por representar a Região Sudoeste do Paraná, altamente evoluída no setor político, onde se permite, ao Sr. Prefeito do MDB, atuar sem qualquer restrição na área da administração estadual.

Era o registro que cabia fazer para que a omissão, não registrasse falha dessa representação nesta Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que denomina "Viaduto Theófilo Ferreira Loyola", o viaduto sobre o Trevo de acesso à cidade de Palmas, na Rodovia PRT-280. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Com emenda. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/78, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública, a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palotina-APAE", com sede na cidade de Palotina. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO — 2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 48/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública, o "Centro Espírita Emmanuel", com sede e foro na cidade de Jaguapitã. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.

dade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 49/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública as "Aldeias Cristãs SOS", com sede e foro na cidade de Goioerê. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 63/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Casa do Menor Paraplégico - LARZINHO", com sede e foro na cidade de Jacarezinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 105/75, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública o Templo de Umbanda Iemanjá, com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 31/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública o "Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa do Paraná - CEAG/PR, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 41/78, que objetiva revogar dispositivos que especifica, da Lei nº 6568, de 24/7/74, ficando, por consequência, extinto o Fundo Estadual de Habitação Popular - FUNDHAP. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, a requerimento do Sr. Deputado Renato Bernardi, colocará o Projeto de Lei nº 35/78, à consideração do Plenário, regimentalmente, de forma inversa.

(**Procede à verificação de votação**)

13 Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para deliberação e nem para prosseguimento da sessão. A Presidência solicita, da Assessoria da Mesa, que redija expediente solicitando, para a próxima sessão de amanhã, preferência de votação, na pauta da Ordem do Dia, para o Projeto de Lei nº 121/78, de interesse de ambas as bancadas com assento nesta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

Decretos:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 407/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7806, de 10 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar a pedido, nos termos do inciso I do Art. 140, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO, matrícula nº 054, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 47.073,51 (quarenta e sete mil, setenta e três cruzeiros e cinquenta e um centavos), mensais e integrais, incluídos neste total cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1º, da Resolução nº 2/74; cinco (5) quinquênios incorporados, de acordo com o pará-

grafo único do Art. 170, da citada Lei nº 6174; cinco (5) adicionais, de acordo com o Art. 171, §§ 1.º e 2.º da mesma Lei; Função Gratificada símbolo 1-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da Lei nº 6174, já mencionada; Gratificação de Produtividade de acordo com o Art. 1.º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974; Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 408/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, CLÓVIS STADLER DE SOUZA, matrícula nº 023, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 1.º da Resolução nº 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Consultor Legislativo, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 409/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7769/78, de 10 de agosto de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 140 da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ALÉLI DOS SANTOS, matrícula nº 474, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo, de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos de Cr\$ 35.107,16 (trinta e cinco mil, cento e sete cruzeiros e dezesseis centavos), mensais e integrais, incluídos neste total dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 170 da citada Lei nº 6174, cinco (05) adicionais, de acordo com o Art. 1.º da Lei nº 6641, de 04 de dezembro de 1974, Gratificação na base de cinquenta por cento (50%) sobre seus vencimentos, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 410/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, ELZA CARNEIRO CAMARGO, matrícula nº 448, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º da Resolução nº 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 411/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, TEREZINHA BARBOSA DE MOURA E CLARO, matrícula nº 135, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial

Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 2.º, da Resolução n.º 129/78, de 08 de junho de 1978, no cargo de Secretário de Comissão, da parte permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 412/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o protocolado sob o n.º 7811, de 11 de agosto de 1978, deste Poder, e observando o disposto na Resolução n.º 10424, de 31 de maio de 1978, do Tribunal Superior Eleitoral e Lei n.º 6534, de 26 de maio de 1978, Art. 9.º, § 2.º e considerando que foram atendidas as exigências legais,

R E S O L V E :

conceder registro aos Senhores NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA e JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, a Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, respectivamente; ao Senhor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, a Senador; ao Senhor ROBERTO WYPYCH, a primeiro Suplente de Senador e à Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, a segundo Suplente de Senador, para, como candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), concorrerem às eleições indiretas a realizarem-se em data de 1.º de setembro de 1978.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECLARAÇÕES DE BENS

DECLARAÇÃO DE BENS DO SENHOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, Candidato a Governador do Estado do Paraná.

Curitiba, 31 de julho de 1978.

Senhor Presidente,

Dentro do prazo legal, como candidato a Governador do Estado do Paraná, pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), cumpre-me encaminhar-lhe a minha Declaração de Bens, conforme exigências da legislação eleitoral:

01) Terreno situado à rua Generoso Borges, em Curitiba, conforme escritura lavrada no 2.º Tabelião, em data de 14.08.1952, medindo 667,00 m², mais ou menos, com uma casa de alvenaria, sob n.º 336, financiada com hipoteca pela Caixa Econômica Federal do Paraná, construção de 1955, adquirida pelo valor de Cr\$ 520,00.

02) Terreno no Município de Porto Rico - PR, com 2.016,00 m², transcrição n.º 4563, de 20/09/1965, do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda - PR, adquirido por Cr\$ 20,00.

03) Lote de terras n.º 10, da quadra L-10/1, do SHI/SUL, situado em Brasília - DF, adquirido em 1976, de Orsina Lima, conforme escritura de compra e venda lavrada no livro D-40, fls. n.º 134v.º/135v.º do 3.º Ofício de Notas de Brasília, perfazendo a área de 733,33 m², adquirido por Cr\$ 98.000,00.

04) Lotes n.ºs 2 e 4 da quadra 292, do Parque Estrela D'Alva IX, situado em Luiziana - GO, adquiridos pela esposa Nice Braga, através de compromissos particulares de venda e compra, de Joaquim D. Roriz, e sua mulher Jersuleta de Aguiar Roriz, em 23.7.76, com 720,00 m², adquirido pela importância de Cr\$ 10.000,00.

05) Títulos patrimoniais do Santa Mônica Clube de Campo, Clube Atlético Paranaense, Clube Curitiba e Jockey Clube Paranaense, adquiridos por Cr\$ 544,00.

06) Banco Nacional Curitiba, saldo de Cr\$ 35,00.

07) Banco do Estado de Minas Gerais, saldo de Cr\$ 26.492,00.

08) Banco do Estado do Paraná - Agência Centro. Saldo de Cr\$ 4.360,46.

09) Banco do Brasil - Brasília, saldo de Cr\$ 2.027,00.

10) Banco Brasileiro de Descontos, saldo de Cr\$ 433,40.

11) Caixa Econômica Federal de Curitiba, saldo de Cr\$ 10.000,00.

12) Banestado S.A. — Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, saldo de Cr\$ 598,00 (em 31.12.1977).

13) Ações do Banco Bamerindus de Investimento S.A., no valor de Cr\$ 1,00 cada uma, sendo 6.000 ações que já possuía em 31.12.1976 e 3.000 ações bonificadas em 1977.

14) Fundo Itaú 157, importância depositada no valor de Cr\$...4.836,00.

15) Ações do Banco Nacional, no valor de Cr\$ 1,00 cada uma, 220 que já possuía em 31.12.1976 e 66 ações bonificadas em 1977.

16) Fundo Real 157, importância depositada no valor de Cr\$ 478,00.

17) Fundo Bamerindus de Investimento em nome da esposa Nice Braga, valor depositado, Cr\$ 1.000,00.

18) 8.525 ações de Paranapanema S/A. - Mineração, Indústria e Construção, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, totalizando Cr\$ 8.525,00.

19) 1.000 ações do Banco da Amazônia, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, totalizando Cr\$ 1.000,00.

20) Ações do Banco do Estado do Paraná, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, sendo 22.424 ações que já possuía em 31.12.1976, totalizando Cr\$ 22.424,00 e 5.606 ações bonificadas em 1977, totalizando Cr\$ 5.606,00.

21) Fundo Safra 157, importância depositada de Cr\$... 16.801,00.

22) Fundo Bradesco 157, importância depositada de Cr\$ 16.801,00.

23) Ações do Banco do Brasil, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma, 1.497 ações que já possuía em 31.12.1976, totalizando Cr\$ 1.497,00 e 748 ações bonificadas em 1977, totalizando Cr\$ 748,00.

24) Título de sócio de Aguaquente Clube, sediado em Cornélio Procopio - PR, Cr\$ 5.000,00.

25) Camioneta marca Fiat, ano 1976, n.º do Chassis 002905, adquirido de Eldorado Veículos Ltda. — Brasília - DF, pela importância de Cr\$ 47.431,00.

26) Fundo Banestado 157, importância depositada de Cr\$... 18.375,00 em 31.12.1977.

27) Saldo em Caderneta de Poupança, Caixa Econômica Federal de Curitiba, no valor de Cr\$ 149.476,93.

28) Saldo em Caderneta de Poupança, em nome da esposa Nice Braga, Cr\$ 113.871,33, na Caixa Econômica Federal de Brasília.

Valho-me da oportunidade para renovar-lhe os meus protestos de alto apreço e consideração distinta.

(a) Ney Braga — (Firma reconhecida).

DECLARAÇÃO DE BENS DO SENHOR JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, Candidato a Vice-Governador do Estado do Paraná.

1 — Prédio Residencial, sito à Rua Pernambuco, n.º 525, na cidade de Londrina. Terreno: data n.º 14, da quadra n.º 16. Área de 581,25 metros quadrados. Construção de 300,00 m², de 1950. Data de aquisição: 20/12/1960. Esc. Púb. do 2.º Tab. de Lond., fls. 31/32v.º, do Liv. N. 151, no valor de Cr\$ 90.000,00.

2 — Apartamento N. 2 (dois). Conj. de escritório, no Ed. Banco de São Paulo, à Rua Maranhão, n.º 157. Área: 68,00 m². Havido pela transcrição n.º 66.112, do Reg. de Imóveis do 2.º Of. desta Com. de Lond. Data da aquisição: 18/03/1967. Esc. Púb. do 1.º Tab. de Lond. fls. 143 v.º do Liv. n.º 233. Precedida de compromisso de compra e venda. Valor de Cr\$ 200,00.

3 — Salão Comercial, dito loja n.º 4 (quatro) sito no and. térreo do Ed. Maria Joana, desta cidade, com área útil de 93,99 m², à Rua Piauí, n.º 681. Imóvel havido pela transcrição n.º 29823, do Reg. de Imóv. do 2.º Of. desta Com. de Londrina. Data da aquisição: 30/05/1974. Esc. Púb. 3.º Tab. fls. 332/334, do Liv. N. 134-N. Valor de Cr\$ 70.000,00.

4) Casa residencial, de material, sita à Rua Purus, s/n., Vila Nova, na cid. de Londrina, com a área de 30,00 m², e acréscimo de 20,00 m². Data n.º 22, da Quadra n.º 140-F, Vila Primavera, nesta cid. de Londri-

na, havido pela transcrição n.º 37.212, do Geg. de Imóveis do 2.º Distrito de Lond. Esc. Púb. de 17/05/1974, do Liv. n.º 003, Fls. 355-N, do 2.º Tab. Valor de Cr\$ 15.000,00.

5 — Prédio Residencial, de Material, data n.º 21, da Quadra n.º 140-F. Área da construção: 98,00 m². Esc. Púb. do 2.º Tab. de Lond. de 28/04/1970, fls. 87, do Liv. 283. Reg. sob n.º 27.262, do 2.º Distr. de Lond. Valor de Cr\$ 90.000,00.

6 — Apartamento n.º 11, Ed. Maria Joana, à Rua Pernambuco, n.º 600, com garagem. Havido por Esc. Púb. de 23/5/1973, fls. 160/62, do Liv. n.º 123, do 3.º Tab. de Lond. e transcrição n.º 36.491, do Reg. de Imóv. do 2.º Of. de Lond. Área Total: 172,19 m². Valor de Cr\$ 90.000,00.

7 — Datas n.ºs 9, 10, 11 e 12 da Quadra n.º 1 (hum) do loteamento "Jardim Fujiyama", de Londrina. Datas essas havidas por Esc. Púb. de 23/02/1972, fls. 58/61 do Liv. N. 157-N, do 4.º Ofício de Londrina (Tabelionato). E transcrição n.º 36.489, do Reg. de Imóv. do 2.º Of. de Londrina. Áreas das datas: Data N. 9: 622,81 m²; Data N. 10: 623,24 m²; Data n. 11: 623,66 m²; e data n.º 12: 624,09 m² (Com. de Compra e Venda de 1965, por Inst. Part.). Valor de Cr\$ 15.200,00.

8 — Data de terra n.º 19 (dezenove) da Quadra n. 140-F, da Vila Primavera, nesta cidade, à Rua Purus. Havida por comp. de compra e venda por inst. particular, de 14/12/1974. Esc. de compra e venda de 4 de abril de 1977, fls. 126 do Livro 409-N, do 2.º Ofício de Notas de Londrina. Transcrição n.º — Registro n.º 1/4.895, no Liv. Reg., de 26/05/1977, do 2.º Ofício de Imóveis de Londrina. Valor de Cr\$ 60.000,00.

9 — Data de Terra n.º 20, da Quadra n.º 140-F. Área: 540,00 m². Esc. Pública de compra e venda de 11.02.1974, do 2.º Tab. de Londrina, fls. 1841, Livro n.º 334-N. Transc. s/registro. Valor de Cr\$ 35.000,00.

10 — Loja comercial da Galeria Ed. Lundgren, Sala n.º 11, com a área de 55,50 m², Esc. pública de 15/08/1975, lav. n.º 3.º Tabelionato de Londrina, fls. 420/423, do Livro n.º 141-N, transcrita sob n.º 37.368, do 2.º Distrito Imobiliário da Com. de Londrina. Valor de Cr\$ 106.000,00.

11 — Loja Comercial, Sala n. 28, na Galeria do Ed. Lundgren, à Rua Rio de Janeiro, cid. de Londrina, com a área de 55,50 m², Matrícula n.º 2176, do Registro de Imóveis do 2.º Of. Imobiliário de Londrina, Esc. Púb. de compra e venda, lavrada de 06/04/1976, do 3.º Tabelionato, fls. 49/50, do Livro n.º 147-N, de 30/06/1976. No valor de Cr\$ 110.000,00.

12 — Metade do Apartamento n.º 153, Ed. Uberlândia, Praça Júlio de Mesquita, n.º 20, São Paulo - SP. Compromisso de compra e venda, lav. às fls. 86, do Livro 2.141, do Tabelionato Veiga, São Paulo, quitado. Valor de Cr\$ 10.000,00.

13 — Unidade de apartamento n. 152, Ed. Uberlândia, Praça Júlio de Mesquita, n.º 20, São Paulo - SP. Área: 56,00 m². Aquisição por meio de compromisso de compra e venda por instrumento particular, em 05/03/1974. Valor de Cr\$ 80.000,00.

14 — Permuta por desapropriação do Município de Londrina: Datas de terras n.ºs 2 e 3 (dois e três) da quadra n.º 1 (hum), com a área total de 1.535,34 m², sitas na Vila D'Andréa, nesta cidade, contendo um barracão de tijolos, com 265,00 m², havidos pela transcrição n.º 20.955, do Registro de Imóveis do 2.º Ofício desta Comarca. Pela permuta, os aludidos imóveis foram desincorporados e transferidos ao Município de Londrina. Esc. Púb. de permuta, de 06/10/1977 (06 de Out. de 1977), 1.º Tab. de Londrina. fls. 136, do Livro n.º 374. Datas 2 e 3 e armazém passaram à Prefeitura de Londrina. Pela mesma escritura pública de permuta, passou à propriedade de José Hosken de Novaes os terrenos n.ºs 4 e 7, da Quadra "C", na Vila N. S. do Desterro, nesta Cidade; data 4 com a área de 600,00 m², e a data n.º 7, com a área de 640,10 m². Havidas pela transcrição n.º Registro n.º 1/5.981. Matrícula 5.981. Valor da Permuta: Cr\$ 766.493,50. Houve em favor do permutante José Hosken de Novaes uma diferença de preço de Cr\$ 300.452,00 (trezentos mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros). Valor de Cr\$ 466.040,00.

15 — Banco Mercantil de São Paulo S/A - Londrina. Aplicações em Título de Renda Fixa. Valor de Cr\$ 300.000,00.

16 — Banestado S/A. — Crédito Imobiliário (Extrato de Cader-neta de Poupança). Conta 039.016.729. Data: 31.12.77. Saldo da Conta:

Cr\$ 137.802,94.

17 — Depósito a Prazo Fixo (DPFCM). Banco de Créd. Real de Minas Gerais S/A. I - Cr\$ 100.000,00. Venc. 17.05.78. II - Cr\$ 100.000,00, Venc. 23.09.78. III - Cr\$ 200.000,00. Venc. 17.11.78. N.º da Conta: 655-4. Valor de Cr\$ 400.000,00.

18 — Caixa Econômica Federal — Caderneta de Poupança. Cader-neta n.º 22.377-8. Data: 02.07.76. 1.º Vencimento: Janeiro de 1977. Valor de Cr\$ 10.000,00.

19 — PRONASA — Produtores Exportadores Nacionais S/A. C.G.C. 75233296/0001-90. BR-368 - Km 5. Trecho Londrina-Cambé. Londrina. Saldo da rubrica "Capital a Restituir" 6.666 ações ordinárias nominativas. Valor de Cr\$ 6.969,00.

20 — Depósitos Bancários. Saldo da Conta Bancreal. Banco Crédito Real de Minas Gerais - Londrina. Valor de Cr\$ 10.971,00.

21 — Depósito Bancário. Banco Mercantil de São Paulo. Londrina. Saldo conta. Cr\$ 226,00.

22 — Depósito Bancário. Banco do Estado do Paraná S/A. - Agência de Londrina. Contrato de conta corrente n.º de ordem. Conta n.º 82.864. Valor de Cr\$ 62.338,00.

23 — Ações de Sociedade. Cinema. Ouro Verde. 7.879 ações, de Cr\$ 1,00 cada. Cr\$ 7.879,00.

II — Banco do Estado do Paraná: 500 (quinhentas ações preferenciais, de Cr\$ 1,00 cada). Tít. Múltiplo: 27665, de 31.01.1975. Cr\$ 500,00.

III — Banco do Estado do Paraná, 250 (duzentas e cinquenta) ações preferenciais do Banco do Estado do Paraná. Valor: Cr\$ 1,00, cada. Tít. Múltiplo: 34.432, de 22.11.1974. Cr\$ 250,00.

24 — Clubes Sociais: I — 1 (uma) ação do Country Club. II — 1 (uma) ação do Yatch Club. III — 1 (uma) ação do Jockey Club. IV — 1 (uma) ação do Canadá Country Club. V — 1 (uma) do Grêmio Literário e Recreativo Londrinense.

25 — MÓVEL. Automóvel Opala, 4 portas. Placa LD-3935. Ano de Fab. 1976. Registro: n.º 173.508, exp. em 05/05/1976. Valor de Cr\$ 40.000,00.

26 — CREDIREAL S/A. — Corretores de Câmbio e Valores. Fundo COFIMIG. Dec.-Lei 157. Administrado por Credireal S/A. Extrato de Conta 25.12.76. Valor de Cr\$ 17.034,00.

(a) José Hosken de Novaes (Firma Reconhecida).

DECLARAÇÃO DE BENS DO SENHOR AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, candidato a Senador.

C.P.F.: 000.949.649-20

1 — 01 apartamento no Edifício Netuno, sito no Balneário de Caiobá, adquirido da Construtora Caiobá Ltda., em 22.12.67, conforme escritura pública de compra e venda. Cr\$ 20.000,00

2 — Automóvel marca Chevrolet, tipo Opala, ano de fabricação 1972, placa AG-4752, certificado de propriedade expedido pelo DETRAN-PR. Cr\$ 25.000,00.

3 — 9.410.400 ações de HABITAÇÃO S/A. - Construções e Empreendimentos, no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma. Cr\$ 9.410.400,00.

4 — 19.180 ações da Paraná Pecuária Ind. e Com. S/A., valor nominal de Cr\$ 25,00 cada uma. Cr\$ 479.500,00.

5 — 50% do imóvel sito na "Cidade Balneária de Brejatuba", conforme escritura no Livro 65, fls. 7, do Tab. Ester B. Builgen, adquirido em comum com Tereza M. C. Marques, pelo valor de Cr\$ 500,00. Cr\$ 250,00.

6 — 75.000 ações nominativas da PARPLAN Ind. Carnes e Derivados S/A., valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma. Cr\$ 75.000,00.

7 — 202.500 ações do Banco Bamerindus de Investimentos S/A., no valor nominal de Cr\$ 1,00 cada uma. Cr\$ 202.500,00.

8 — Uma quarta parte do lote de terreno sob n.º 10, da Planta Camargo, adquirido em comum com os Srs. Nelson Felix Bonnet, Carlos Ney Santos Benghi e Antônio E. Schabatura, conf. escritura lavrada no 3.º Tabelionato, às fls. 16, em 27.01.69. Cr\$ 3.000,00.

9 — 9.730 quotas do Fundo Fiscal Bamerindus-157. Cr\$

39.462,00.

10 — 16.636,206 quotas do Fundo Fiscal Banestado - 157, no valor nominal de Cr\$ 1,137 cada uma. Cr\$ 18.915,00.

11 — Apartamento n.º 61, do Edifício Gutemberg, adquirido de Habitação S/A. - Construções e Empreendimentos, conf. instrumento particular de compra e venda, lavrado com a CEFPr, e inscrito sob n.º 75114, livro 3-B, da 6.ª Circunscrição. Cr\$ 561.000,00.

12 — Caderneta de Poupança n.º 2.002.1.08055-5 na APEPAR. Cr\$ 62.000,00.

SALDOS BANCÁRIOS

1 — Banco Bamerindus do Brasil S/A. — Agência Avenida. Cr\$ 45.104,60.

2 — Valor representado por letras de Câmbio ao Portador, de emissão de entidades financeiras. Cr\$ 180.000,00.

Curitiba, 04 de agosto de 1978.

(a) AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO (Firma Reconhecida).

DECLARAÇÃO DE BENS DO SENHOR ROBERTO WYPYCH, Candidato a Suplente de Senador.

ROBERTO WYPYCH — Brasileiro, agricultor, nascido em 04 de fevereiro de 1928, em União da Vitória, no Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade n.º 166.066, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, em 08/01/78, C.P.F. n.º 003.317.329/04, casado com NELSY PEREIRA WYPYCH, em regime de comunhão de bens. Residente à Rua Carlos de Carvalho, 970, fone: 23-0463, em Cascavel — Estado do Paraná.

EM 08 DE AGOSTO DE 1978

ITEM 1 — FAZENDA MOCOTÓ

1.1. — Imóvel rural situado no km 22 da rodovia Federal BR-467, Cascavel-Toledo, no Município de Cascavel, Estado do Paraná, cadastrado no INCRA, sob número 52.09.06.70.073, explorado com agricultura e pecuária, assim constituído:

Uma área de terras com 1.128,99 hectares, desmembrados dos imóveis Lopef, havidos conforme transcrições abaixo, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, Estado do Paraná.

Transcrição n.º 20.334, fls. 81 e 82 do livro 3-AM, de 22/01/68, ref. 971,86 hectares constituídos pelos lotes rurais n.ºs 62, 66 a 68 do 6.º perímetro urbano; lotes rurais n.ºs 1 a 25 e chácaras suburbanas n.ºs 34 a 118, 244 a 253 do 5.º perímetro, tudo do Imóvel Lopef, havidos de Teodoro M. Soldatti em 12 de janeiro de 1968, por Cr\$ 18.370,00.

Transcrição n.º 31.792, fls. 253, do livro 3-BA de 23/06/72, ref. a 49,37 hectares, constituídos pelos lotes rurais n.ºs 65 e parte do lote n.º 61 do 6.º perímetro do Imóvel Lopef, havidos em 26/06/72, do Sr. Norli S. Fogaça, por Cr\$ 31.500,00.

Transcrição n.º 31.797, fls. 254/255, do livro 3-BA, de 26/06/72, ref. a 26,20 hectares, constituídos pelo lote rural n.º 166 do 6.º perímetro do Imóvel Lopef, havidos de Altino Adão Trentini, por Cr\$ 16.500,00.

Transcrição n.º 32.180, fls. 82 do livro 3-BB, de 31/07/72, ref. a 52,05 hectares, constituídos pelos lotes rurais n.ºs 164 e 165 do 6.º perímetro do Imóvel Lopef, havidos do Sr. Teodoro M. Soldatti, por Cr\$ 21.522,67.

Transcrição n.º 39.174, fls. 28 do livro 3-BI, de 27/03/74, ref. a 24,67 hectares, constituídos pelas chácaras n.ºs 119 a 125, 5.º perímetro do Imóvel Lopef, havidos do Sr. Teodoro M. Soldatti, por Cr\$ 50.000,00.

Transcrição n.º 46.362, fls. 23 do livro 3-BR, ref. 4,84 hectares constituídos partes destacadas do lote rural n.º 61 do 6.º perímetro do Imóvel Lopef, havidos do Sr. Osmar Caetano da Silva, por Cr\$ 30.000,00, em 01/12/75.

1.2. — Uma residência em construção desde 1976, em alvenaria (casa sede da Fazenda), cobertura com telhas coloniais, localizada na parte central da propriedade, a 20 km de Cascavel, custo total até esta data de Cr\$ 3.062.500,00.

1.3. — Doze (12) casas para operários, construídas em madeiras,

cobertas com telhas de barro, com 35,00 m², cada uma, por Cr\$ 16.629,91.

1.4. — Um barracão de madeira de lei, coberto com telhas de barro, piso de concreto, com área de 1.060 m², destinado à guarda de insumos, máquinas, almoxarifado, escritório e cereais ensacados para sementes, construídos em 1970, por Cr\$ 23.748,79.

1.5. — Um barracão de madeira de lei, coberto com telhas de barro, pisos de concreto, com área de 324 m² contendo moega para recepção de cereais, instalação elétrica para iluminação e acionamento de motores, onde se encontra instalado um conjunto de 8 silos e 2 secadores "Kongsilde", com capacidade para armazenamento de 600 toneladas de cereais à granel, (Preço de custo, Cr\$ 64.000,00).

1.6. — Um barracão de madeira, aberto, coberto com telhas de barro, com 150 m² onde se encontra instalada uma serraria para toras de madeira, (preço de custo, Cr\$ 15.000,00).

1.7. — Uma colhedeira para cereais, automotriz, importada, nacionalizada, marca Clayson, modelo 1580, motor Mercedes Benz, n.º 16.001.740, com 13 pés, Standart, Chassis n.º 3.105.115, com picador de palha, (preço de custo, Cr\$ 168.768,00).

1.8. — Uma colhedeira para cereais, automotriz, importada, marca Clayson, modelo 1530, motor 882.363, com 13 pés, Standart, Chassis n.º 3.109.355, com picador de palha, (preço de custo Cr\$ 167.079,91).

1.9. — Uma colhedeira para cereais, automotriz, importada, marca Clayson, modelo 1530, motor 883.412, com 13 pés, Standart, chassis n.º 3.109.508, com picador de palha, (Preço de custo, Cr\$ 174.000,00).

1.10. — Um trator marca Massey-Ferguson, modelo MF-65, c/eixo alto, c/motor diesel, de 60 HP — Perkins, n.º 203 BA-1105-D, série de n.º 135.560-2351 (preço de custo, Cr\$ 34.374,00).

1.11. — Um motor CBT, modelo 1090-A, TM, c/motor diesel de 91 C.W. — Perkins, n.º 357-B-26002, série 64095 c/barra agrícola (preço de custo, Cr\$ 37.000,00).

1.12. — Um trator marca CBT, modelo 1090-A TM, com motor diesel 91 C.V. — Perkins, n.º 357B-26867, série 64469, com barra agrícola (preço de custo, Cr\$ 37.000,00).

1.13 — Um trator marca CBT, modelo 1090-A, série n.º 68323, motor Perkins, barra agrícola, com tomada de força e terceiro ponto, pneus dianteiros 7,50x18,0 e trazeiros 15,4 com extintor de incêndios, (preço de custo, Cr\$ 80.100,00).

1.14 — Um trator marca CBT, modelo 1090-A, série 68870, motor Perkins, de 95 HP n.º 357B-B2343, barra agrícola, com extintor de incêndio, (preço de custo, Cr\$ 62.000,00).

1.15. — Um trator marca Valmet, modelo 360, motor 5861, barra 5 - KD 12 D, com polia e tomada de força, (preço de custo, Cr\$ 10.000,00).

1.16 — Um trator de esteira "Caterpillar" modelo D6C (PS) com 140 HP, equipado com controle hidráulico, modelo 163 (2V) e lâmina regulável modelo 6A, com cabine reforçada "CAB 6", um protetor do motor "MOT 6", um protetor do radiador "RAD 6", e um ancinho angulável "ANC 6", (Preço de custo, Cr\$ 531.706,55).

1.17. — Uma semeadeira e adubadeira, marca Massey-Ferguson, modelo MF-34/11, com 15 linhas equipadas e com cinco unidades de plantio, (preço de custo, Cr\$ 15.057,00).

1.18. — Uma semeadeira e adubadeira marca Massey-Ferguson, modelo 34/11, com 15 linhas equipadas com 5 unidades de plantio, n.º 1916-718, (preço de custo, Cr\$ 12.900,00).

1.19. — Uma adubadeira e semeadeira, marca Sem Rival, com 18 linhas e caixa de Fiberglas (preço de custo, Cr\$ 12.000,00).

1.20. — Uma semeadeira e adubadeira, marca Sem Rival, de 18 linhas e caixa de Fiberglas (preço de custo, Cr\$ 16.500,00).

1.21. — Uma plantadeira e adubadeira Marca Massey-Ferguson, modelo 37/11, com 4 linhas n.º 13952296, (preço de custo, Cr\$ 5.300,00).

1.22. — Uma plantadeira adubadeira, marca Semeato PS 6, com comando para trator com 3.º ponto, para Massey-Ferguson (preço de custo, Cr\$ 32.150,00).

1.23. — Um distribuidor de adubos e sementes, marca Vicon, modelo PS 400, (preço de custo Cr\$ 6.285,00).

1.24. — Um conjunto de silos de madeira, pré-fabricados, marca Kongskilde, c/8 células armazenadoras, porém 60 toneladas cada uma, num total de 480 toneladas, moegas com capacidade de recepção para 90 t, com equipamento de ventilação 280 mm, por silos modelo KC-40.60 e sopradores de alta pressão, modelo TRLM-75, dois silos secadores marca Kongskilde de modelo KCT 20/60, c/capacidade de secagem de 4t/hrs., reduzindo a umidade de 17% para 13% equipado com ventilação de 770 mm, fundo esvaziador mod. FB8-20, soprador de baixa pressão mod. HVLM-100, aquecedor a óleo diesel mod. DH/8 e termostato, uma máquina de pré-limpeza mod. KF-12, com capacidade para 10t/hr, uma balança automática tipo fluxograma mod. H.10, c/capacidade p/10t/hrs, um aspirador soprador de pressão mod. SUCM-150, c/capacidade p/10t/hr, rosca sem fim de 6,00mx6, modelo KSA/152-2, um determinador de umidade mod. TWUN-TESTER c/3 termômetros de 1,5 m com fio de 6,00 m e 3 tomadores de amostras, um motor elétrico de 1 CV, 1 motor elétrico de 5 CV, dois motores elétricos de 7,5 CV, um motor elétrico de 15 CV, um motor elétrico de 10 CV (preço de custo, Cr\$ 166.507,90).

1.25. — Um conjunto grupo gerador com motor marca M.W.M., modelo D-225-6, 6 cilindros, 77 CV, 1800 RPM, radiador tropical, arranque elétrico 12 volts, 4 tempos n.º 03467, gerador marca Toshiba, 60 KWA, 380/220 volts, 60 HZ, n.º 102893, e quadro de comando marca Bentova, n.º 03013, p/iluminação elétrica e acionamento de motores do conjunto de silos (preço de custo, Cr\$ 36.550,00).

1.26 — Um conjunto de máquinas de serra para toras de madeira, constituído de um motor diesel c/16 HP, um quadro horizontal, carro com avanço, uma serra circular, com mesa, um esmiril, uma catraca para toras fixa, eixos transmissores, polias, correias e demais pertencentes (preço de custo, Cr\$ 15.000,00).

1.27. — Um trator cortador de grama, marca Homelite, mod. 526 OS, havidos por Cr\$ 5.000,00; duas grandes grades tipo OFF-SET, de 20 discos de 20, marca BALDAN, havida por Cr\$ 12.600,00; um desenraizador de 4 dentes marca Cofima, havidos por Cr\$ 650,00; uma moto-serra marca Stil, mod. AV-08, havida por Cr\$ 2.500,00; uma moto-serra marca Dolmar, mod. CC - havida por Cr\$ 5.000,00; um guincho TMO de 33 toneladas, havido por Cr\$ 7.200,00; uma batadeira de cereais, marca Loredo, havida por Cr\$ 2.200,00; um arado de arrasto, marca Sem Rival, com cinco discos, havidos por Cr\$ 3.650,00; dois pulverizadores marca Hatsuta, modelo H420-HV, com tanque de Fiber-Glass, havidos por Cr\$ 10.300,00; duas carretas agrícolas, marca Pontual, havidas por Cr\$ 6.400,00; uma carreta com tanque de ferro para 2.000 litros, para pulverizações, por Cr\$ 8.500,00; duas grades niveladoras de marca Imasa, com 36 discos e 18, havidos por Cr\$ 12.800,00; um distribuidor de calcário, marca Sem Rival, havidos por Cr\$ 2.500,00; um distribuidor de calcário, marca Lely, havidos por Cr\$ 2.500,00; um automatizador marca Jacto, para pulverizações e ultra baixo volume (LVC), havidos por Cr\$ 3.000,00; um gerador de corrente elétrica alternada, marca ALDI, para 40 KWA e turbina marca FRANCIS n.º 030, p/35 CV, com regulador automático, havidos por Cr\$ 8.600,00, uma bomba para óleo diesel c/tanque para 15.000 litros, havidos por Cr\$ 9.000,00; uma bomba d'água marca Rockfer, com 2 pistões e respectiva roda d'água, havidos por Cr\$ 900,00, um utilitário marca Unimog, havidos por Cr\$ 3.500,00 (preço de custo, Cr\$ 106.710,00).

1.28 — Dois pulverizadores costais, marca Holder, havidos por Cr\$ 5.600,00; dois arados marca Massey-Ferguson, hidráulicos, havidos por Cr\$ 7.774,00; um arado de 5 discos, marca "Magric", havido por Cr\$ 12.500,00 de arrasto; uma grade niveladora destorroadeira com rol de 40x20 marca Campeã, havida por Cr\$ 12.500,00; um motor marca Montgomery, à gasolina, de 7,00 HP para poço, havido por Cr\$ 1.900,00; uma grade de arrasto, marca Baldan, 20x24 discos, com mancal rolamento, havidos por Cr\$ 14.950,00; um distribuidor de calcário, marca Imasa, de 26 linhas; capacidade p/900 kg, havido por Cr\$ 4.980,00; uma grade de arrasto, marca Baldan, 20x24, havida por Cr\$ 10.888,64; um perfurador de solo, marca FNI, com duas brocas de 9 e 18, havidas por Cr\$ 6.427,00 (preço de custo, Cr\$ 77.519,64).

2 — PROJETO PECUÁRIA — VOISIN

2.1. — ANIMAIS

950 vacas de cria.

68 bezerros

14 novilhas

13 novilhos

2 touros reprodutores Nelore

10 animais de montaria.

Valor atual: Cr\$ 2.562.000,00.

2.2. — PROJETO PECUÁRIA FINANCIADO PELO PRONAP

75 km cercas de arame liso ou mourões de madeira de aroeira (preço de custo, Cr\$ 620.250,00).

2.2.1. — Um centro de manejo completo com embarcador, banheira, carrapateira, tronco, mangueira, laboratório, tronco fixo, apartador e balança para 2.500 kg. Cr\$ 33.100,00.

2.2.2 — Sessenta e seis bebedouros tipo australiano, metálicos e de concreto armado, c/diâmetros de 2,20 m (17) e 5,35m (48) e 15,00 m (9), preço de custo, Cr\$ 164.700,00).

2.2.3. — Um sistema reservatório de equilíbrio e distribuição de água, com capacidade de 390 m³, com tratamento e proteção de superfície (preço de custo, Cr\$ 144.230,00).

2.2.4 — Uma caixa d'água com reservatório para 15m³ na coluna de 12,05 m (preço de custo, Cr\$ 63.885,00).

2.2.5 — Um sistema hidráulico de canalização de água, compreendendo tubos PVC, com buchas, válvulas, bóias, etc., para alimentar os bebedouros (preço de custo, Cr\$ 414.385,00).

2.2.6 — Um poço artesiano com 147 m de profundidade, e capacidade para 26.000 litros horários (preço de custo, Cr\$ 101.500,00).

2.2.7 — Um conjunto de fenação e ensilagem composto de: um trator agrícola marca Massey-Ferguson, 85 X equipado com sistema hidráulico (preço de custo Cr\$ 85.000,00).

— Uma roçadeira agrícola Kamag, com sistema Free Whell, e engate em 3 pontas (preço de custo, Cr\$ 10.500,00).

— Uma colhedeira de forragem "New Holland", modelo 717, com plataforma para milho de uma linha, mod. 717/R e plataforma para forragem de 7 pés, mod. 717/5, (preço de custo, Cr\$ 64.300,00).

— Uma enfardadeira, marca "New Holland", mod. 217 (Preço de custo, Cr\$ 43.600,00).

— Uma segadeira condicionadora, marca "Ney Holland", mod. 477 (preço de custo, Cr\$ 47.000,00).

— Um ancinho Rolabar, marca "New Holland", mod. 256, (preço de custo, Cr\$ 15.200,00).

— Um conjunto de inseminação composto de botijões, etc. (preço de custo, Cr\$ 25.850,00).

3 — OUTROS IMÓVEIS

3.1. — Um lote de terras urbano, n.º 7, da quadra n.º 21-U, havido da Prefeitura Municipal de União da Vitória, por Cr\$ 1,87, cfe. transcrição imobiliária n.º 19.811, fls. 152, do livro 3-U, do Cartório de Registro de Imóveis de União da Vitória, Estado do Paraná.

3.2 — Um lote de terras urbano, n.º 8, da quadra n.º 21-U, havido da Prefeitura Municipal de União da Vitória, por Cr\$ 2,08, cfe. transcrição imobiliária n.º 19.988, fls. 183, do livro 3-U, do Cartório do Registro de Imóveis, da Comarca de União da Vitória - PR.

3.3 — Três lotes urbanos, nrs. 8, 9, 10 da quadra n.º 88, planta geral da cidade de Guaíra, em 26/04/61, por Cr\$ 67,53 cfe. transcrição imobiliária, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra - PR.

3.4 — Três lotes urbanos, de nrs. 11, da quadra 17 e 10, 11 da quadra 18 da planta Roseli, Município de São José dos Pinhais - PR, havidos por Cr\$ 210,00, cfe. transcrição imobiliária n.º 44.027, fls. 239, do livro 3-R, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais - PR.

3.5 — Uma área de terras com 17 alqueires, situado em União da Vitória - Estado do Paraná, havidos em 05/08/63, por Cr\$ 90,00, cfe. transcrição imobiliária n.º 31.474, fls. 259 livro 3-AG, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória - PR, cadastrado no INCRA - sob n.º 52.08.010.02203.

3.6 — Uma quadra de terreno situada no perímetro urbano de Cascavel, parte destacada da Reserva 2, Vila Boa Vista, com área de 12.650 m², havidos de João Scherloski e sua mulher por Cr\$ 400,00, em 13/07/63, cfe. Fls. 11 do Livro 3-AE, matrícula n.º 301, fls. do livro 2-A-1 do Cartório do Registro Imóveis da Comarca de Cascavel-PR.

3.7. — Lotes urbanos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 8 da quadra n.º 1, n.ºs 4, 5, 6, 7 da quadra n.º 2, 10 da quadra n.º 4, n.º 5 da quadra 5; n.ºs 3, 5, 11, 12, 13 da quadra n.º 6, n.ºs 1 e 7 da quadra n.º 7, n.ºs 1 da quadra n.º 13, n.ºs 2, 4, 5, 6, da quadra n.º 14, todas da Planta Vila Boa Vista, perímetro urbano de Cascavel - PR, havidos de João Scherloski e sua esposa por Cr\$ 6.250,00, cfe. transcrição imobiliária n.º 26.199 do livro 3-AS, e fls. Matrícula n.º 1333, fls. do livro 2-B-1 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, (total de 23 lotes).

3.8. — Lotes urbanos n.ºs 6, da quadra n.º 6, n.ºs 12, da quadra n.º 7; n.ºs 5, 6, 7 e 8 da quadra n.º 8, n.ºs 7 e 8 da quadra n.º 10 n.º 15 da quadra n.º 14, todos de Planta Vila Boa Vista, perímetro urbano de Cascavel - PR, havidos do Sr. João Scherloski e sua mulher por Cr\$ 2.500,00 cfe. transcrição imobiliária n.º 42.915, livros 3 BN, fls. 226, matrícula n.º 300 fls. do livro 2 E-1 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel - PR. (Total de 10 lotes).

3.9 — Lote urbano n.º 8 da quadra n.º 5 situada no perímetro urbano de Cascavel, havido em 17/03/65 por Cr\$ 800,00, cfe, transcrição imobiliária n.º 13.643, fls. 14 Livro 3-AE, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR, c/uma residência em alvenaria com 166 m², nova.

3.10 — Oito lotes urbanos, n.ºs 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da quadra n.º 113, todos localizados no perímetro urbano da cidade de Cascavel-Pr, com área total de 6.325 m², havidos do Sr. João Lili Círico e sua mulher por Cr\$ 20.000,00 em 24/08/72, cfe, transcrição imobiliária n.º 34.989, fls. 109 do livro 3-BE, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR.

3.11 — Parte destacada do lote n.º 6 da quadra n.º 1 da planta geral da cidade de Cascavel, com 560 m², sito à rua Paraná, esquina com Carlos de Carvalho, havido do Sr. Manoel Irineu Galdino e sua mulher por Cr\$ 125.000,00, em 19/10/73, cfe. transcrição imobiliária n.º 37.247, fls. 221 do livro 3-BG do Cartório de Reg. de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR.

3.12 — Parte ideal de 50% sobre 10 lotes urbanos, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 da quadra n.º 104 com área total de 8.394 m², localizados no perímetro urbano da cidade de Cascavel-Pr, havidos cfe. transcrição imobiliária n.º 11.148 à 11.157, do livro 2-D-1, matrícula n.º 39.814, fls. do livro 3-BJ do Cartório de Reg. de Imóveis da Comarca de Cascavel-Pr.

3.13 — Dois lotes de terrenos urbanos de n.ºs 16 da quadra 16, com área de 862,50m², com benfeitorias constantes de um prédio construído em alvenaria, de dois pavimentos e parte do lote urbano n.º 1 da quadra 16 com área de 200,00 m², situados à rua Carlos de Carvalho, da cidade de Cascavel, Estado do Paraná, havidos do Sr. José Rodrigues Martinez e sua mulher, por Cr\$ 700.000,00, em 04/12/74, cfe, transcrição imobiliária n.º 43.302, fls. 40 do livro 3-BO do Cartório de Reg. de Imóveis da Comarca de Cascavel-PR.

3.14 — Cinquenta e quatro (54) lotes urbanos de n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11 e 12 da quadra número 1; 5, 6, 10, 11, 13, 14 da quadra número 2; 1, 4, 5, 6, 7 da quadra n.º 3; números 2, 3, 20 e 22 da quadra n.º 6; números 1, 2, 3, 10 e 15 da quadra n.º 9; 2 e 4 da quadra n.º 12; 6, 7 da quadra n.º 13; 6, 9, 10, 17, 18 e 22 da quadra n.º 15; 2, 8, 9, 10, 13 e 21 da quadra n.º 17; n.º 10 da quadra 19; 10, 13, 14, 15 da quadra n.º 20; 1, 2, 5 e 6 da quadra n.º 21, situados na Vila Dione, perímetro urbano da cidade de Cascavel-Pr, havidos de Emil Hansen e Cia. por Cr\$... 972,00 em 04/01/67 e 20/04/66, cfe. transcrição imobiliária n.º 42.216, fls. 35/36 do livro 3-BN do Reg. de Imóveis da Comarca de Cascavel-Pr.

3.15 — Uma área de terras com 50.207 m², situado na zona suburbana da cidade de Cascavel, desmembrada da subdivisão n.º 6 do 4.º perímetro do Imóvel Lopei, havido em 24/01/60, por Cr\$ 200,00, do Sr. Anselmo Schmoller, cfe, procuração em causa própria, lavrada às fls. 218 do livro n.º 35, Tabelionato Mion de Cascavel e inscrita sob o n.º 3.317 do livro 4-F, fls. 224.225 do Cartório de Reg. de Imóveis da Comarca de Cascavel-Pr.

3.16 — Um apartamento de n.º 122-B, situado à rua Visconde do

Rio Branco, n.º 1541-B, por Cr/ 95.250,00, havido em 1970, escritura lavrada às fls. 74 do livro 268-N, no 5.º Tabelionato de Notas de Curitiba, com interveniência do Bamerindus S.A — Crédito Imobiliário, agente do BNH.

3.17 — Uma área de terras com 9.941 hectares denominada "Gleba Raposo Tavares", localizada no Município de Aripuanã, Comarca de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, havida de Palmiro Ramieri e sua mulher, e outros em 9/12/77, por Cr\$ 8.000.000,00 nos termos de escritura de Venda e Compra lavrada no livro 1585, fls. 197 do Primeiro Tabelionato de Notas da Capital de São Paulo, devidamente registrada no Cartório do 6.º Ofício de Imóveis da Comarca de Cuiabá-MT, sob n.º 1 na Matrícula n.º 2649, do livro de Registro Geral n.º 2, em 22/12/77.

3.18 — Uma área de terras com aproximadamente 3.000 hectares localizada no Município de Diamantino, Estado do Mato Grosso, havida de Bernardo de Desenvolvimento Agro-Pecuário S/A, contrato particular de Promessa de Compra e Venda do Imóvel por Cr\$ 2.663.700,00, tendo sido pago Cr\$ 1.665.480,00, saldo a pagar até 20/08/79, de Cr\$ 998.220,00.

3.19 — Uma área de terras com aproximadamente 23.940 hectares localizada no Município e Comarca de Diamantino, no Estado do Mato Grosso, havida em maior porção de Agro-Pastoril e Industrial Tombador S/A, em 20/10/77, cfe. contrato particular da Promessa de Compra e Venda de Imóvel por Cr\$ 22.830.006,00, tendo já sido pago Cr\$ 8.681.373,00, saldo a pagar até 20/08/79, de Cr\$ 14.148.633,00.

4 — VEÍCULOS

4.1 — Um automóvel marca Ford-LTD, ano 1977, modelo 4 portas, azul Surt Metálico e preto Chapa EZ—9888, chassis LA 6CST 26.894 Cert. Propriedade n.º 3577645 sem reserva (preço de custo Cr\$... 180.000,00).

4.2 — Um automóvel marca Volkswagen, ano 1971, cor azul diamante, chassis n.º BS-056-136, Cert. de Propriedade n.º 323.532, sem reserva de domínio (preço de custo Cr\$ 18.000,00).

4.3 — Um automóvel marca Volkswagen, ano 1977, cor bege alabastro, chassis BJ-474-296, placa atual FA-5633, Cert. de Propriedade n.º 346.251, sem reserva de domínio (preço de custo, Cr\$... 47.000,00)

4.4 — Um automóvel marca Chevette, ano 1976, azul duas portas chassis FC-172.874, placa FA-4883, Certificado de propriedade n.º e sem reserva (preço de custo Cr\$ 50.000,00).

4.5 — Um caminhão Chevrolet com basculante, ano 1966, placa EZ-4925, cor verde, motor a gasolina, 6 cilindros, 149 HP, chassis n.º C-653, ZBR, (preço de custo Cr\$ 15.000,00).

4.6 — Uma camioneta Pick-Up, marca Ford F.100A, rancheiro, motor V8, de 168 CV ano 1975, cor turquesa Royal com Branco, chassis n.º LA-7APB - 43.762 (preço de custo Cr\$ 35.000,00).

4.7 — Um caminhão chassis Scania, mod. L-11042 S, equipado superalimentador, direção hidráulica, cabine com leito, com uma cama, amortecedores dianteiros, assento especial ajustável, freio, motor n.º NS 21282, 6 cilindros, e 285 HP (SAE), chassis n.º 15.556, ano 75, cor laranja, com semi-reboque, marca Randon, mod SB-3.27-GC, com 12,30 metros de comprimento, 3 eixos de em Tandem, 3.º Eixo móvel, freio a ar comprimido, 13 aros 1100x22 especial para o transporte a granel e containers com 14 pneus 1100x22, sendo 8 simples importados, 4 borrachudos importados e 2 semi-borrachudos de nylon, 2 encerrados 200 metros n.º fabr. 8955, chassis n.º 25.538, e um equipamento de cavalo mecânico completo, placa, (preço de custo Cr\$ 445.073,00).

4.8 — Um Caminhão Mercedes Benz, ano de fabricação 1976, mod. LAK 1113/36, (preço de custo Cr\$ 151.900,00).

4.9 — Uma caçamba SEMAG para 10 ton. para distribuir calcário (preço de custo Cr\$ 46.980,00).

5 — AÇÕES

5.1 — 10.000 ações ordinárias nominativas no valor de Cr\$ 1,00 cada uma do Frigorífico Marechal Cândido Rondon. Cr\$ 10.000,00.

5.2 — 50.000 ações ordinárias nominativas, no valor de Cr\$ 1,00 cada uma, de Ricasa - Rolândia, Indústria, Comércio e Agricultura S/A., Cr\$ 50.000,00.

5.3 — 115 ações ordinárias, nominativas, no valor de Cr\$ 1,00 cada, da Paraná Equipamentos S/A Curitiba, Cr\$ 115,00.

5.4 — 10 ações ordinárias nominativas, no valor de Cr\$ 8,00 cada uma, do Banco Brasileiro de Descontos S/A, São Paulo. C\$ 80,00.

5.5 — 12.000 ações ordinárias nominativas, no valor de Cr\$ 1,00 cada uma, da União de Bancos Brasileiros S/A. Cr\$ 12.000,00.

5.6 — Capital quotas partes na Cooperativa Agropecuária Casca-vel Ltda. Cr\$ 474.220,00.

6 — PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES RECREATIVAS

6.1 — Título Patrimonial Cascavel Country Club, em Cascavel, Estado do Paraná, Cr\$ 1.500,00.

6.2 — Título Patrimonial Santa Mônica Clube de Campo, Curitiba, Cr\$ 1.500,00.

6.3 — Título Patrimonial Santa Mônica Clube de Praia, Cr\$... 1.500,00.

6.4 — Título Patrimonial Touring Club do Brasil, Curitiba, Cr\$... 1.500,00.

6.5 — Título Patrimonial Tuiuti Club Social e Esportivo, Cas-cavel, Cr\$ 1.200,00.

6.6 — Título Patrimonial Clube Curitibano, Curitiba-Pr, Cr\$... 8.000,00.

7 — DISPONÍVEL EM BANCOS

7.1 — Saldo Credor:

Banco Real S/A.	Cr\$ 004.741,61
Banco Nacional S/A.	Cr\$ 16.897,82
Banco do Brasil S/A.	Cr\$ 114.501,47
TOTAL	Cr\$ 136.140,90

7.2 — Saldo Devedor:

Valor	Vencid.	Razão da Dívida	Banco
11,73	—	Saldo devedor c/c.	Unibanco
380.000,00	14/09/78	Empréstimo	Real S.A.
27.173,81	30/12/78	Cred. Pessoal-Tricred	Itaú S.A.
32.552,18	10/11/78	Super Cheque	Banestado
5.403,00	22/07/78	Duplicata	América do Sul
14.534,35	30/09/78	Cheque Especial	Bradesco
34.800,00	05/07/78	Financ. Rural	Bamerindus
37.500,00	05/08/78	Financ. Rural	Bamerindus
185.000,00	10/08/78	Financ. Rural	Bamerindus
66.000,00	02/12/78	Emprést. Rural	Bandeirantes
10.500.000,00	diversos	Ativid. Partic.	Bandeirantes
5.500.000,00	diversos	Ativid. Partic.	Bandeirantes
166.358,96	diversos	Ativid. Partic.	Bandeirantes
375.000,00	19/09/78	Nota Promis. Rural	Nacional
227.639,96	24/07/78	Duplicata	Nacional
8.331,84	04/08/78	Duplicata	Nacional
56.949,42	11/09/78	Duplicata	Nacional
3.729,00	09/08/78	Duplicata	Nacional
234.081,96	24/08/78	Duplicata	Nacional
240.524,96	24/09/78	Duplicata	Nacional
338.189,51	15/07/79	EAI-75/00404-9	B. Brasil
26.335,00	15/07/78	EPI-75/00026-4	B. Brasil
38.122,97	15/07/78	GAC-74/01479-6	B. Brasil
23.507,00	15/01/80	EAI-74/185-6	B. Brasil
62.358,60	31/12/80	EAI-74/00012-4	B. Brasil
1.565,64	30/06/78	GAI-73/00224-0	B. Brasil
51.824,91	15/01/80	EAI-78/00103-1	B. Brasil
2.154.231,57	15/01/79	EAC-78/00829-X	B. Brasil
623.551,24	15/01/82	EAI-77/00554-1	B. Brasil
5.410,11	25/07/78	EAI-72/32-9	B. Brasil
1.326.055,64	31/07/78	EAC-78/00277-1	B. Brasil
45.511,61	31/12/79	EAI-73/00110-4	B. Brasil
11.733,42	31/12/78	EAI-73/00019-1	B. Brasil
13.991,16	30/06/78	EAI-72/00117-1	B. Brasil
291.409,31	05/10/81	EAI-73/00438-3	B. Brasil
4.000.000,00	diversos	Emprést. c/garantia Escrit. Retro-Venda	Alberto Jcamous e s/mulher-SP

350.000,00	30/10/80	Compra de Gado C.R.H.	BRDE
2.958,00	26/08/87	PRONAP - C.R.H.	BRDE
(a) ROBERTO WYPYCH			

DECLARAÇÃO DE BENS DA SRA. AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, EM CONJUNTO COM SEU MARIDO ALFONSO GERMANO HRUSCHKA, CANDIDATA A SUPLENTE DE SENADOR.

Uma casa residencial - R. Santa Catarina, 876 - Reg. RI de C. Mourão, 1.º Ofício sob n.º Li. 132 fls. 61	Cr\$ 20.000,00
Um lote urbano - R. Int. Manoel Ribas - Campo Mourão -	Cr\$ 500,00
Uma casa constr. mixta - Pça. Getúlio Vargas, cfe. reg. Liv. 3/A 1.º Ofício de Campo Mourão	Cr\$ 5.480,00
Chácara rural em Mandejuba Reg. 21 856 - Peabiru	Cr\$ 283,00
Um título patrimonial Touring Club do Brasil. 402757	Cr\$ 120,00
440 ações ordinárias Codusa em Campo Mourão.	Cr\$ 440,00
5.500 pés de parreiras plantadas com parceria em Campo Mourão. Rio, Km 123	Cr\$ 1.500,00
50% lote urbano n.º 24, Q 147 c/casa c/123 m2	Cr\$ 14.520,00
50% lote urbano n.º 23, Q 147 c/casa c/ 158m2	Cr\$ 10.850,00
50% lote urbano n.º 2 - Q 147 c/casa c/ 56 m2	Cr\$ 3.500,00
50% lote urbano n.º 7-Q147 c/casa c/120 m2	Cr\$ 4.000,00
50% lote urbano n.º 6 e 7 - Q 147 em Campo Mourão.	Cr\$ 6.000,00
50% lote urbano n.º 1 e 2 Q-149 em Campo Mourão	Cr\$ 7.000,00
700 quotas sociais da firma Hruschka, Straub Ltda. Reg. na Junta Comercial sob o n.º 112597 em 02.09.70.	Cr\$ 700.000,00
Um caminhão Chev. Brasil, ano 1959	Cr\$ 3.000,00
Uma camioneta Rural Willys ano 1970	Cr\$ 10.000,00
Um caminhão Mercedes Benz 1313 ano 1972	Cr\$ 110.000,00
Um caminhão Mercedes Benz 1111 ano 1968	Cr\$ 60.000,00
Um lote urbano Reg. sob n.º 5.336, Liv. 3-C, do 1.º CRI de Campo Mourão	Cr\$ 50.000,00
Uma casa em construção no citado lote acima	Cr\$ 120.000,00
Total	Cr\$ 1.147.493,00

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Banestado - Super Cheque, no valor de Cr\$ 9.618,00.	
Mercantil Finasa, financiamento Corcel, no valor de Cr\$	30.960,00.
Mercantil Finasa — financiamento Volkswagen, no valor de Cr\$. . .	3.651,00.
Total	Cr\$ 44.229,00

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

(Com firma reconhecida).

COMISSÃO EXECUTIVA

1. A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA), em requerimento datado de 10 de agosto do corrente ano, protocolado sob o n.º 7811, de 11 do mesmo mês e ano, solicita à Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que proceda o registro das candidaturas dos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA e JOSÉ HOSKEN DE NOVAES a Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, respectivamente, do Senhor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO a Senador, do Senhor ROBERTO WYPYCH a 1.º (primeiro) suplente de Senador e da Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, a 2.º (segundo) Suplente de Senador, para as eleições a se realizarem a 1.º de setembro do ano em curso.

2. O pedido foi apresentado tempestivamente e está devidamente instruído com os documentos exigidos pela Resolução n.º 10.424, de 31 de maio de 1978, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, a

a saber: a) cópia autêntica da Ata da Convenção Regional que escolheu os candidatos, devidamente conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral; b) autorizações dos candidatos, com as firmas reconhecidas; c) Certidões do Tribunal Regional Eleitoral de que os candidatos estão no gozo dos direitos políticos; d) Comprovação de filiação partidária dos candidatos; Certidões do Tribunal Regional Eleitoral de que a escolha dos candidatos não foi impugnada ou de que foi julgada improcedente; e, e) Declaração de bens dos candidatos.

3. Em face de se haverem cumprido, em tempo hábil, as exigências legais, esta Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, defere o pedido para que se proceda o competente registro das candidaturas supra nominadas.

Palácio "19 de Dezembro", em 11 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

ATA DA REUNIÃO DA MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA APRECIAR A PETIÇÃO OBJETO DO PROTOCOLADO SOB Nº 7811, DE 11 DE AGOSTO DE 1978 — (SOLICITAÇÃO DA ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL - ARENA PARA REGISTRO DAS CANDIDATURAS DOS SENHORES NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA E JOSÉ HOSKEN DE NOVAES A GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, RESPECTIVAMENTE, DO SENHOR AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO A SENADOR, DO SENHOR ROBERTO WYPYCH A 1.º (PRIMEIRO) SUPLENTE DE SENADOR E DA SENHORA AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA A 2.º (SEGUNDO) SUPLENTE DE SENADOR, PARA AS ELEIÇÕES A REALIZAREM-SE A 1.º (PRIMEIRO) DE SETEMBRO DO ANO EM CURSO).

Aos onze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão Executiva, no terceiro andar do Palácio "XIX DE DEZEMBRO", sob a presidência do Senhor Deputado IVO THOMAZONI, presentes os Senhores Deputados QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA e JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, comigo FAUSTO LUIZ ABRY, Diretor Geral da Secretaria deste Poder, que secretariei a presente Reunião da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para apreciar o parecer emitido pelo Senhor Deputado IVO THOMAZONI, Presidente desta Casa, Relator da petição, objeto do protocolo nº 7811, de 11 de agosto de 1978 - solicitação da Aliança Renovadora Nacional, para registro das candidaturas dos Senhores NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA e JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, aos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, respectivamente; do Senhor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, a Senador, do Senhor ROBERTO WYPYCH a 1.º (primeiro) suplente de Senador e da Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, a 2.º (segundo) suplente de Senador, para as eleições a realizarem-se em data de 1.º de setembro de 1978. Apresentando o parecer que opina pelo deferimento do pedido, em virtude de haverem sido cumpridas todas as exigências legais, previstas pela Resolução nº 10.424, de 31 de maio de 1978 e Lei nº 6534, de 26 de maio de 1978, Artigo 9.º, § 2.º do Tribunal Superior Eleitoral, mais o registro em livro próprio deste Poder, foi o mesmo devidamente aprovado, determinando o Senhor Presidente que fosse lavrado o competente Decreto Legislativo, efetivando, desta forma, o Registro solicitado, dando-se ciência ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, da qual eu Fausto Luiz Abry, lavrei a presente Ata.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

D.O. nº 366 ATOS DO PODER LEGISLATIVO

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o protocolado sob nº 7853/78, de 14 de agosto de 1978, deste Poder, e observando o disposto no artigo 3.º da Resolução nº 10.428, de 6 de junho do ano em curso, do Tribunal Superior Eleitoral, e considerando que foram atendidas as exigências legais, RESOLVE conceder registro à Chapa dos candidatos a Delegados e Suplentes, respectivamente, Deputados IVO THOMAZONI, LUIZ ROBERTO SOARES, EZEQUIAS LOSSO, AUGUSTO CARNEIRO, LÁZARO DUMONT, GILBERTO CARVALHO, LUIZ GABRIEL SAMPAIO, JÓRGE SATO, QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, ERONDY SILVÉRIO, FUAD NACLI, LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, EGON PUDELL, FABIANO BRAGA CÔRTEZ, AGUINALDO PEREIRA LIMA e WERNER WANDERER que integrarão o Colégio Eleitoral nas eleições de 15 de outubro de 1978, para Presidente e Vice-Presidente da República.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o protocolado sob nº 7894/78, de 15 de agosto de 1978, deste Poder, e observado o disposto no art. 3.º da Resolução nº 10.428, de 6 de junho do ano em curso, do Tribunal Superior Eleitoral, e considerando que foram atendidas as exigências legais, RESOLVE conceder registro à Chapa dos candidatos a Delegados e Suplentes, respectivamente, Deputados DOMÍCIO SCARAMELLA, WALDENÍCIO BARBALHO, ERNESTO GNOATO, LINEU TURRA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, JOSÉ MUGGIATI FILHO, NILSO ROMEU SGUAREZI, HÉLIO MANFRINATO, NELSON BUFFARA, MAURÍCIO FRUET, MANOEL GAONA GARCIA, TRAJANO BASTOS, DENI SCHWARTZ, ADALBERTO DAROS, RENATO BERNARDI e JAYME RODRIGUES DE CARVALHO, que integrarão o Colégio Eleitoral nas eleições de 15 de outubro de 1978, para Presidente e Vice-Presidente da República.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15 de agosto de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

EDITAL

O Presidente da Assembléia Legislativa, em atendimento aos Decretos-Leis nºs 1540 e 1543, de 14 de abril de 1977, e Resolução nº 10.425, de 31 de maio de 1978, do Tribunal Superior Eleitoral, faz saber que a sessão pública destinada à eleição de Governador e Vice-Governador do Estado, de um Senador e respectivos Suplentes, será instalada às 15 (quinze) horas do dia 1.º de setembro do ano fluente, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná.

Os Senhores Delegados de Câmaras Municipais ao Colégio Eleitoral deverão apresentar suas credenciais no dia da sessão, 1.º de setembro, no próprio local da reunião — Auditório do Colégio Estadual do Paraná, de 8 a 14 horas.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15 de agosto de 1978.

(a) IVO THOMAZONI — Presidente